

PROMOÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DE GRUPO

O Caso dos Baldios no Parque Nacional da Peneda-Gerês - Narrativa de uma prática



Florestar
Sustentabilidade da Floresta

Florestar é um projecto co-financiado por:



Fundo Social Europeu



PROMOÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DE GRUPO – O CASO DOS BALDIOS NO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS

Narrativa de uma Prática

SETEMBRO DE 2007



Projecto co-financiado por:





Ficha Técnica

Identificação:

**PROMOÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DE GRUPO
O CASO DOS BALDIOS NO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS**

Narrativa de uma Prática

Colecção:

Ferramentas de Apoio ao investimento florestal

Elaborado por:

Parceria de Desenvolvimento do Projecto
“Florestar – Sustentabilidade da Floresta”
no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL.



*Projecto
co-financiado por:*



*Membros da
Parceria de
Desenvolvimento:*

Ferreira & Seixas, Lda. (Chaves)
ADIACT - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Alto Corgo e
Tâmega (Vila Real)
Fagrorural - Federação de Associações Agro Florestais Transmontanas
(Vila Real)
Forestis - Associação Florestal de Portugal (Vila Real)
ICNB - Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) (Braga)
Promoloures – Desenvolvimento Empresarial, Crl (Odivelas)
Bosque – Projectos de Engenharia, Lda (Vila Real)

Suporte:

Livro, On-line e PDF em www.tudogere.com

Data de Conclusão

Outubro / 2007

Contacto:

Parceiro Interlocutor do Projecto:
Ferreira & Seixas, Lda.
Nova Quinta do Telhado, Bloco B, Loja 1
5400-180 CHAVES
Tel: 276301700 Fax: 276301709 E.mail: florestar@mail.telepac.pt

*Propriedade e
Direitos*

Esta publicação é propriedade do Gabinete de Gestão IC-EQUAL,
a quem a Parceria de Desenvolvimento cedeu todos os direitos de
propriedade e autoria.
Este produto encontra-se protegido pelas leis em vigor e
copyright, estando reservados todos os seus direitos.



A Narrativa da Prática “Promoção da Certificação Florestal de Grupo – o Caso dos Baldios no Parque Nacional da Peneda-Gerês faz parte de um conjunto de produtos, desenvolvidos no âmbito do Projecto FLORESTAR – Sustentabilidade da Floresta (2004/EQUAL/A2/EE/161), co-financiado pelo Estado Português e pela União Europeia, através da Iniciativa Comunitária Equal.

O Projecto FLORESTAR teve por objectivos:

- Promover uma gestão eficaz e eficiente da floresta através do desenvolvimento de ferramentas de apoio à produção, protecção, gestão e investimento, fomentando a sustentabilidade da floresta.
- Estimular a evolução (transição) de proprietário/a a empresário/a florestal, através de mecanismos e instrumentos de apoio e orientação para o empreendedorismo no sector florestal;
- Promover o desenvolvimento de competências dos produtores florestais, através da concepção e desenvolvimento de recursos didácticos de apoio à auto-formação;
- Promover a certificação da gestão florestal de grupo, através de um caso real – os baldios do PNPG.

No âmbito do FLORESTAR foram ainda desenvolvidos os seguintes produtos:

- Simulador de Gestão e Produção Florestal
- Guia Prático de Intervenção em Áreas Florestais Sensíveis aos Riscos – Risco de Erosão / Incêndio / Fitossanitários
- Guia de Empreendedorismo na Floresta
- Mecanismos de Apoio ao Investimento Florestal – Narrativa de uma prática



PROJECTO

FLORESTAR – Sustentabilidade da Floresta

ENTIDADE INTERLOCUTORA

- Ferreira & Seixas, Lda.

COMPOSIÇÃO DA PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO

- Adiact - Associação de Desenvolvimento Integrado do Alto Corgo e Tâmega
- Bosque, Projectos de Engenharia, Lda.
- Fagrorural - Federação das Associações Agro-Florestais Transmontanas
- Ferreira & Seixas, Lda.
- Forestis, Associação Florestal de Portugal
- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade/Parque Nacional da Peneda-Gerês
- Promoloures, Desenvolvimento Empresarial, Crl

ENTIDADE COORDENADORA DESTE PRODUTO:

- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade/Parque Nacional da Peneda-Gerês

CO-FINANCIAMENTO:





ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	12
1.1 INTRODUÇÃO	12
1.2 O PROJECTO FLORESTAR – SUSTENTABILIDADE DA FLORESTA	13
1.2.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO	14
2. A CERTIFICAÇÃO FLORESTAL ENQUANTO INSTRUMENTO PROMOTOR DA SUSTENTABILIDADE FLORESTAL E DA COMPETITIVIDADE DO SECTOR FLORESTAL.	17
2.1 A IMPORTÂNCIA DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL	19
2.2 OBJECTIVOS DA SENSIBILIZAÇÃO PARA A CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DE GRUPO	21
3. NARRATIVA DE UMA PRÁTICA: PROMOÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DE GRUPO DOS BALDIOS NO PNPG	24
3.1 PREPARAÇÃO E FORMAÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA	24
3.2 DEFINIÇÃO DO PÚBLICO – ALVO	26
3.3. DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA.....	26
3.4 PREPARAÇÃO DA SESSÃO DE INFORMAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO “CERTIFICAÇÃO FLORESTAL, UMA OPORTUNIDADE” E DA 1ª REUNIÃO COM OS BALDIOS DO PNPG	28
3.5 REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES INDIVIDUAIS.....	31
3.6 2ª REUNIÃO DE TRABALHO COM OS BALDIOS	31
3.7 PREPARAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOLICITADA DURANTE A REUNIÃO PARA FACILITAR A CONSULTA AOS COMPARTES	34
3.8 CONSULTA FORMAL AOS BALDIOS SOBRE A ADESÃO À CERTIFICAÇÃO DE GRUPO DOS BALDIOS NO PNPG.....	34
3.9 RESULTADO DA CONSULTA FORMAL AOS BALDIOS NO PNPG.....	35
3.10 PONTOS FORTES E FRACOS DESTA METODOLOGIA	37
3.11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
4. ELABORAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE OS DOIS SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL VIGENTES EM PORTUGAL E SUA INCLUSÃO NO SIMULADOR FLORESTAL	39
Anexo I Cartaz - Sessão de Sensibilização “Certificação Florestal, Uma Oportunidade”	40
Anexo II Folheto distribuído às entidades convidadas Sessão de Sensibilização “Certificação Florestal, Uma Oportunidade”	41
Anexo III Nota de Imprensa.....	42
Anexo IV Entidades convidadas (território PNPG) Sessão de Sensibilização “Certificação Florestal, Uma Oportunidade”	44



Anexo V	Lista de entidades convidadas (Rede Natura 2000 e ZPE Serra do Gerês) - Sessão de Sensibilização "Certificação Florestal, Uma Oportunidade"	45
Anexo VI	Folhas de registo - Sessão de Sensibilização "Certificação Florestal, Uma Oportunidade"	47
Anexo VII	Apresentações (PEFC Portugal) - Sessão de Sensibilização "Certificação Florestal, Uma Oportunidade"	48
Anexo VIII	Apresentações (Forestis) - Sessão de Sensibilização "Certificação Florestal, Uma Oportunidade"	54
Anexo IX	Relatório da Metodologia utilizada na I Sessão de Trabalho com os Baldios.....	57
Anexo X	Cartaz Reunião de Trabalho com os Baldios no PNPG	60
Anexo XI	Documentação fornecida e/ou enviada aos representantes dos Baldios no PNPG	61
Anexo XII	Apresentações - II Reunião de Trabalho com os Baldios no PNPG	65
Anexo XIII	Relatório da Metodologia utilizada na II Sessão de Trabalho com os Baldios.....	67
Anexo XIV	Informação enviada aos Baldios para esclarecimento da Assembleia de Compartes.....	70
Anexo XV	Documento criado para a Consulta Formal aos Órgãos Gestores de Baldios.....	79
Anexo XVI	Informação para o Simulador Florestal.....	82
5. BIBLIOGRAFIA	104
6. GLOSSÁRIO	105



1. ENQUADRAMENTO

1.1 INTRODUÇÃO

O Projecto Florestar – Sustentabilidade da Floresta com intervenção na região Norte (distritos de Bragança, Vila Real, Braga e área de intervenção do Parque Nacional da Peneda-Gerês) desenvolveu várias acções, através de uma parceria constituída por entidades complementares, cujo objectivo passa pela contribuição para a sustentabilidade da floresta, através da promoção de iniciativas que estimulem a adopção de atitudes de gestão adequadas e da criação de instrumentos que facilitem a intervenção no sector florestal, por parte dos diversos actores.

Do conjunto de produtos do projecto (Simulador Florestal, Mecanismos de Apoio ao Investimento Florestal, Guia Prático de Intervenção em Áreas Florestais Sensíveis aos Riscos – Risco de Incêndios/erosão/fitossanitário, Guia de Empreendedorismo na Floresta) aprofundaremos neste documento a narrativa da prática denominada “Promoção da Certificação Florestal de Grupo – o caso dos Baldios no Parque Nacional da Peneda-Gerês”.

Acreditamos que a divulgação da narrativa da prática sobre a Promoção da Certificação Florestal de Grupo implementada junto dos Baldios do PNPG, será muito vantajosa e útil para as múltiplas entidades que actuam na área da gestão florestal (e especificamente na certificação florestal) auxiliando-as no seu papel de informadoras e dinamizadoras de processos idênticos àquele que decorreu no território desta área protegida.

Espera-se que iniciativas semelhantes a estas possam contribuir, a curto prazo, para um incremento do conhecimento sobre a certificação florestal, e nomeadamente, sobre as suas mais valias, a promoção do agrupamento de proprietários e/ou de gestores florestais, bem como, para o aumento da área florestal certificada em Portugal o que resultará num incremento da competitividade do sector florestal no exterior.

A metodologia aqui apresentada poderá ser incorporada, questionada, melhorada e/ou completada. É esse o desafio que se coloca às entidades que dela venham a usufruir.

O documento que se apresenta retrata a experiência vivida pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), durante o período decorrido entre



Setembro de 2006 e Setembro de 2007, em matéria de sensibilização e informação para a Certificação Florestal de Grupo dos Baldios que compõem parte do seu território de intervenção, até à criação das condições mínimas para se iniciar um processo de Certificação Florestal de Grupo. Esta iniciativa, que reúne a parceria de uma entidade pública (PNPG/ICNB) com um grupo de entidades privadas (baldios e outras formas equiparadas existentes no território do PNPG) é a primeira que se conhece a nível nacional.

No seu conteúdo está descrita a metodologia adoptada e a narração do processo, evidenciando-se os aspectos relacionados com a mobilização dos destinatários das acções de sensibilização e de informação, as actividades realizadas, assim como o próprio processo organizativo destas, o processo de consulta e os resultados obtidos.

1.2 O PROJECTO FLORESTAR – SUSTENTABILIDADE DA FLORESTA

O Projecto Florestar - Sustentabilidade da Floresta financiado pela iniciativa comunitária Equal é desenvolvido por uma parceria de desenvolvimento composta pelas seguintes entidades:

- Adiact – Associação de Desenvolvimento Integrado do Alto Corgo e Tâmega
- Bosque, Projectos de Engenharia, Lda.
- Fagrorural – Federação das Associações Agro-Florestais Transmontanas
- Ferreira & Seixas, Lda.
- Forestis, Associação Florestal de Portugal
- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade/Parque Nacional da Peneda-Gerês
- Promoloures, Desenvolvimento Empresarial, Crl



1.2.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO

Como já referimos o Projecto Florestar – Sustentabilidade da Floresta tem como área de intervenção a região Norte, nomeadamente, os territórios que compõem os distritos de Braga, Vila Real e Bragança e área de intervenção do PNPG.

A actividade abordada neste documento foi restringida ao território de intervenção do parceiro Parque Nacional da Peneda-Gerês, ou seja, os concelhos de Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca (distrito de Viana do Castelo), Terras de Bouro (distrito de Braga) e Montalegre (distrito de Vila Real).

O Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) foi a primeira área protegida a ser criada em Portugal (8 de Maio de 1971) e a única com o estatuto de Parque Nacional. Abrange uma região de montanha e a maioria da população residente (7 952 habitantes) vive essencialmente do sector primário (agropecuária, exploração florestal, ...), e secundário (produção de fumeiro). A actividade turística tem-se tornado mais recentemente numa fonte de rendimento complementar à actividade agrícola.

Abarcando uma área de 69 687,5 ha que se distribui por 22 freguesias, cerca de 62% do território desta área protegida, ou seja, 43 204,2 ha são ocupados por área de baldio e outras formas equiparadas (forais). O restante regime de propriedade é composto pela Mata Nacional que abrange uma área de 5 090,6 ha (7,3%), pelos terrenos particulares que ocupam 19 815,7 (28,4%) ha e pelo domínio público hídrico que atinge os 1577 ha (2,2%).

Como vimos os Baldios ocupam uma posição de destaque neste território, aliás, o Parque Nacional constitui-se actualmente como um caso particular dado que é a única área protegida em Portugal cuja maior parte do seu território se encontra submetido ao regime florestal obrigatório, cabendo-lhe a responsabilidade de representação do Estado na co-gestão da área de baldio.

Por baldio entende-se os terrenos detidos e geridos por comunidades locais e que constituem, em regra, logradouro comum, designadamente para

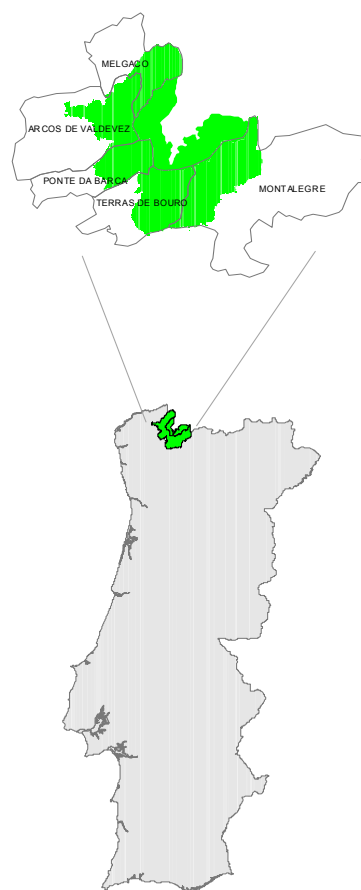


FIG. 1
LOCALIZAÇÃO DO PARQUE
NACIONAL DA PENEDA-GERÊS



efeitos de apascentação de gados, de recolha de lenhas ou de matos, de culturas ou outras fruições, nomeadamente de natureza agrícola, silvícola, silvopastoril ou apícola (Lei dos Baldios, Lei n.º 68/93 de 4 de Setembro).

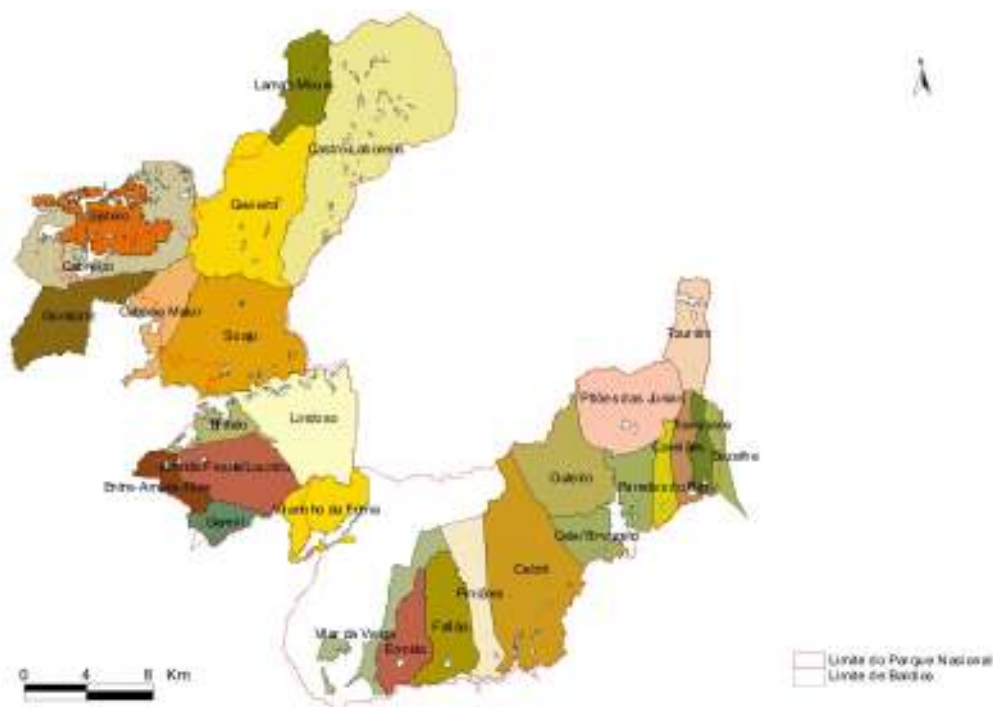


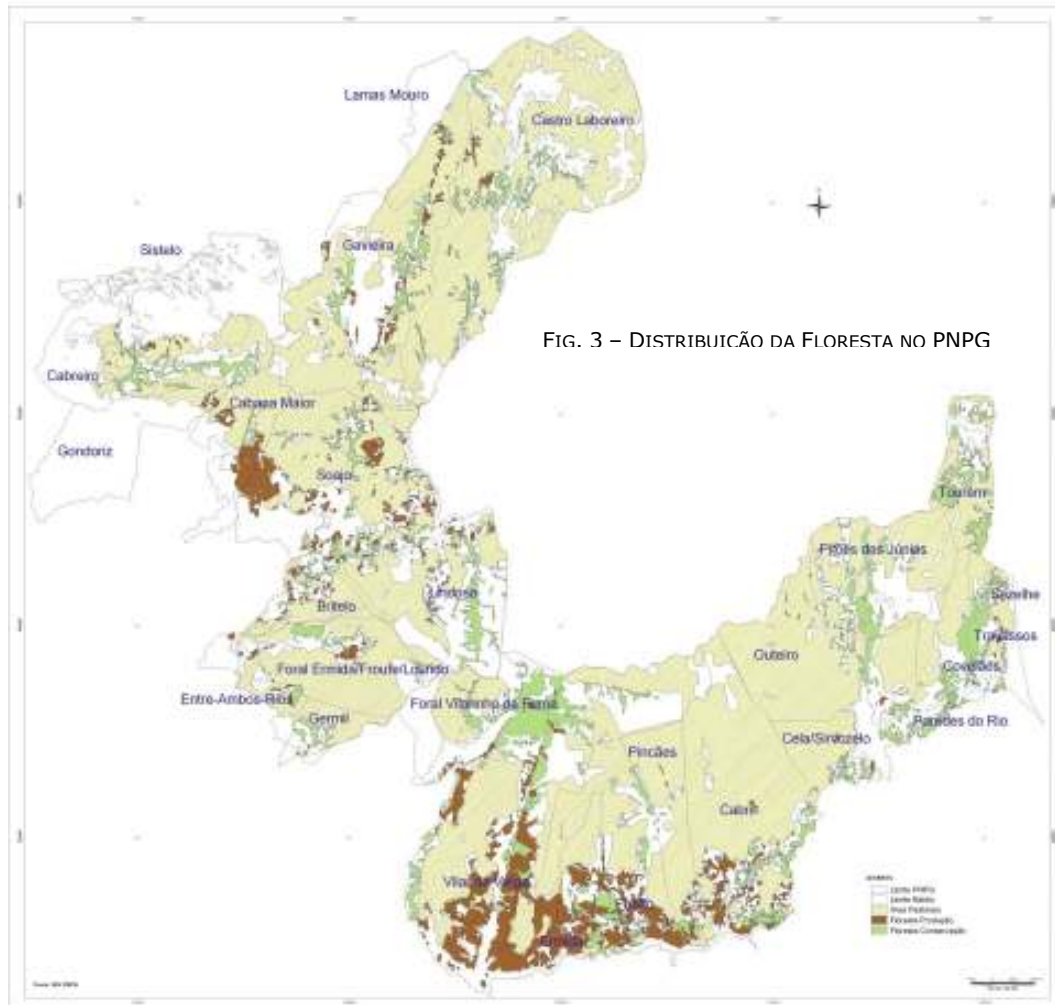
FIG. 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS BALDIOS (E OUTRAS FORMAS EQUIPARADAS) NO PARQUE NACIONAL DA PENEDA - GERÊS

No PNPG existem 27 áreas de baldio e outras formas equiparadas (Fig.2) cujo funcionamento se rege segundo as duas alíneas a) e b), do artigo 9º, do Decreto-lei 39/76 de 19 de Janeiro, à excepção dos dois forais (Vilarinho das Furnas e Ermida/Lourido/Froufe) que são administrados por legislação própria, mas nos quais o PNPG também assume o estatuto de co-gestor. Assim, a grande maioria dos baldios são geridos exclusivamente pelos compartes através de um conselho directivo composto por cinco compartes eleitos pela assembleia (alínea a) e outros que funcionam em regime de associação entre os compartes e o Estado, através de um conselho directivo composto por quatro compartes eleitos pela Assembleia e um Representante do Estado (alínea b), neste caso pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês.

À semelhança do que acontece noutros territórios onde esta organização comunitária tradicional ainda persiste, os baldios no PNPG constituem por excelência uma mais valia económica para as populações residentes, uma vez que deles podem retirar um conjunto de bens, tais como, madeira, lenha, matos, frutos silvestres, plantas aromáticas e medicinais, cogumelos, mel, entre outros.



Segundo um inquérito recentemente efectuado pelo PNPG (2004), as principais utilizações que os compartes fazem destes espaços são: exploração florestal, pastoreio, recolha de matos, lenhas e de outros produtos florestais (pinhas, frutos silvestre, cogumelos e resina), caça, pesca, apicultura e culturas agrícolas anuais (por comparte e mediante o pagamento de uma renda).



Embora qualquer uma destas actividades possa influenciar positivamente cada um dos orçamentos familiares, a exploração florestal é aquela que merece um maior destaque pelo valor acrescentado que acarreta, traduzindo-se o corte e a venda de material lenhoso numa das principais fontes de receita para os órgãos gestores dos baldios.

Como podemos constatar pela figura 3, a floresta no PNPG tem uma expressão muito significativa, sendo a actividade silvícola praticada quase exclusivamente em terrenos baldios, os quais se encontram maioritariamente sob uma situação de co-gestão PNPG/Compartes.



2. A CERTIFICAÇÃO FLORESTAL ENQUANTO INSTRUMENTO PROMOTOR DA SUSTENTABILIDADE FLORESTAL E DA COMPETITIVIDADE DO SECTOR FLORESTAL.

O acelerado estado de desflorestação das florestas tropicais foi o ponto de partida para o início do processo de certificação das florestas nas décadas de 80 e 90.

Por esta altura os consumidores ficaram mais atentos e sensibilizados sobre o uso predatório dos bosques tropicais dando origem a uma maior pressão sobre as empresas do sector madeireiro para que estas assumissem uma posição mais conservacionista.

Esta pressão por parte dos consumidores traduzida em boicote à compra de madeira tropical (e conseqüentemente ao produtos ou derivados desta) deveu-se essencialmente às campanhas de sensibilização promovidas por diversas Organizações Não – Governamentais (ONG'S) que alertavam para o avançado estado de desflorestação das florestas tropicais e para as conseqüências que daí advinham.

No início dos anos 90, uma mudança na estratégia apontava para a alteração das tradicionais propostas de proibições de corte e comércio de madeira por uma certificação de produtos florestais.

Surge no seio de um conjunto de organizações ecologistas britânicas a ideia de se criar uma etiqueta reconhecida a nível mundial para os produtos de madeira tropical produzidos de forma sustentável. O objectivo era criar mercados que fossem capazes de premiar os proprietários florestais que praticassem uma boa gestão da floresta.

Esta ideia tomou forma depois da realização da Cimeira do Rio, em 1992, na qual a Gestão Florestal Sustentável foi assumida internacionalmente como um objectivo a alcançar no sector florestal.

Dado este passo, foram as ONG's ecologistas as primeiras a desenvolver um sistema para certificar as florestas a nível mundial tendo sido criado, em 1993, na cidade de Montreal (Canadá) o *Forest Stewardship Council* (FSC), o primeiro Sistema de Certificação Florestal, que posteriormente estabeleceu a sua sede Oaxaca, no México.

Ainda que durante muito tempo as associações de proprietários florestais europeias não foram muito favoráveis à certificação da gestão florestal sustentável, é a partir de 1998 quando surgem movimentos que desejam quebrar o monopólio de um único sistema de certificação florestal que surge o *Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes* (PEFC) como uma iniciativa voluntária do sector privado florestal baseado nos



critérios e indicadores resultantes das Conferências Interministeriais de Helsínquia (1993) e Lisboa (1998) para a protecção das florestas europeias.

Começaram a partir desta data a vigorar dois grandes sistemas de Certificação Florestal, o FSC e o PEFC.

Não obstante, foram sendo criados por diferentes países e/ou entidades outros sistemas de certificação florestal que tentavam responder a realidades e necessidades específicas de países ou regiões. É o caso do *Canadian Standard Association*, *Malasyan Timber Certification Council*, *Sustainable Forestry Initiative*, *Certforchile*, entre outros.

Em Portugal a certificação florestal já não é um fenómeno recente. Desde há alguns anos que várias entidades privadas, principalmente do sector da pasta de papel, do mobiliário e da cortiça iniciarem o seu processo de certificação florestal, adoptando um ou os dois esquemas de certificação florestal reconhecidos internacionalmente, o PEFC e o FSC.

Esta viragem ficou a dever-se essencialmente à preferência que o consumidor actual dá aos produtos provenientes de sistemas de gestão sustentáveis, aplicando-se esta predilecção aos produtos florestais. Torna-se numa mais valia para as empresas do sector florestal garantirem a certificação dos seus produtos, pois, para além de responderem positivamente perante as exigências do mercado, obtendo as respectivas contrapartidas financeiras, contribuem para um melhor ambiente e uma floresta sustentável.

Como acabamos de referir a implementação de um Sistema de Gestão Florestal não se traduz apenas em benefícios económicos, aliás, a primeira consequência directa da Gestão Florestal - vista como um meio para rentabilizar as florestas - faz sentir-se a nível da protecção e do equilíbrio dos próprios ecossistemas. A diminuição do risco e do número de incêndios florestais pode ser encarada como o resultado mais imediato e mediático de uma Gestão Florestal Sustentável.

Actualmente, um dos maiores desafios que o sector florestal nacional enfrenta, de forma a responder e a acompanhar as exigências e a pressão promovidas pelo mercado externo, no sentido de fornecer produtos certificados, é a concretização da implementação da certificação da gestão na floresta portuguesa. Entende-se como um desafio devido a algumas condicionantes que este sector apresenta. Possuímos uma floresta extremamente fragmentada, aliando-se a este facto, o ainda total desconhecimento do número efectivo de proprietários (estimado entre 400 e 600 mil), a gestão florestal caracterizada pelo absentismo dos seus promotores - individuais e colectivos -, e ainda, a pouca tendência que os proprietários florestais têm para se agrupar e organizar também comum a outros sectores da economia.



Embora com algumas entidades a iniciarem ou em vias de obterem a seu certificado comprovando a boa gestão das suas áreas florestais, é fundamental continuar a apostar na informação, sensibilização, apoio técnico das entidades com competências nesta matéria, para que o sector florestal português continue a deter uma importante percentagem do Produto Interno Bruto.

A própria Estratégia Nacional para as Florestas publicada em 2006 refere que *"sendo uma exigência de mercado, as indústrias do sector florestal português irão sentir cada vez mais a pressão do mercado externo, no sentido do fornecimento de produtos certificados". O papel do Estado neste processo passará necessariamente pela promoção da certificação florestal e pela definição de uma estratégia de apoio à implementação de sistemas de gestão florestal sustentável.*

Seguindo estas orientações, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, através do Parque Nacional da Peneda-Gerês, enquanto entidade pública, com competências na área da conservação da natureza e da gestão florestal, e no âmbito do Projecto Florestar desenvolveu um trabalho de informação e sensibilização, junto de entidades com as quais mantém uma relação de co-gestão e cooperação no sector florestal para a importância da implementação de sistemas de gestão florestal, no sentido, de em conjunto com estes iniciar a primeira certificação de grupo em Portugal, constituída por uma parceria público-privada

2.1 A IMPORTÂNCIA DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

A certificação florestal é o processo de se verificar, de forma independente e confiável, que uma floresta é gerida de acordo com os padrões adequados e disponibilizados publicamente. São várias as razões que justificam o facto da certificação florestal se ter tornado, na última década, a nível mundial, numa componente importante da gestão florestal.

- Proprietários florestais e/ou responsáveis pela sua gestão
Os responsáveis pela gestão das áreas florestais podem beneficiar da certificação de várias formas. Para alguns a certificação propicia o acesso ao mercado, ou mesmo um melhor preço para os seus produtos. Para outros, responde a requisitos estabelecidos por investigadores, agências de seguros ou financiadores de operações florestais. Para outros ainda, a certificação das suas áreas florestais é uma ferramenta para provarem às partes interessadas¹ que é feita uma boa gestão da floresta.

¹ Parte interessada – indivíduo ou grupo interessado ou afectado pelo desempenho (ou gestão) florestal de uma unidade. Exemplos: população local, órgãos autárquicos, organizações não-governamentais, entidades públicas, grupos sectoriais (caçadores, escadores, turistas), entre outros.



- Indústrias distribuidoras e comercializadoras de produtos florestais

A imagem de muitas entidades, conceituadas a nível mundial, envolvidas na comercialização de produtos florestais estava a ser afectada pela publicidade negativa relacionada com a má gestão das florestas, e as consequentes campanhas e boicotes. O certificado que comprova que o produto que se disponibiliza é proveniente de uma floresta bem gerida é uma ferramenta que este grupo pode utilizar a favor da imagem da sua organização.

- Investidores

Muitos bancos e sociedades de investimento estão a começar actualmente a desenvolver políticas “verdes” ou éticas e gradualmente a acabar com investimentos que sejam prejudiciais do ponto de vista social e ambiental, ou então, a preferirem, em detrimento destes últimos, investimentos que tenham incorporada uma componente mais ambiental. A certificação florestal torna-se assim num instrumento que permite demonstrar que esta componente está presente.

- Companhias de Seguros

De forma a diminuir os seus riscos, as companhias de seguros tornam-se cada vez mais cautelosas e exigentes, passando a exigir aos seus clientes uma prova do seu bom desempenho ambiental e social. A certificação florestal pode, mais uma vez, dar essa garantia.

Aquelas companhias que trabalham com seguros florestais poderão mesmo oferecer melhores prémios aos segurados que demonstrem que fazem uma boa gestão do seu espaço florestal.

- Mecenas e Organizações de Desenvolvimento de âmbito internacional

A certificação florestal, enquanto processo de avaliação independente, pode ajudar a verificar e/ou comprovar se os recursos financeiros provenientes de mecenas ambientais ou de associações de desenvolvimento destinados a promover a gestão sustentável da florestal estão a atingir os seus objectivos.

- Consumidor Final

A certificação florestal serve para demonstrar ao consumidor final que o produto que adquire provem de uma floresta bem gerida, como tal, está a contribuir para a protecção da floresta e, de uma forma mais global, para um desenvolvimento sustentável.

(adaptado de Certificação em Grupo – Um guia prático)



2.2 OBJECTIVOS DA SENSIBILIZAÇÃO PARA A CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DE GRUPO

A partir do momento em que a certificação florestal passou a ser aceite como um instrumento que garante a proveniência de produtos florestais de espaços geridos de forma sustentável, estes mesmos produtos começaram a ter uma forte procura, principalmente no continente europeu e norte-americano.

Porém, quem podia responder de melhor forma a esta procura eram os detentores e/ou gestores de grandes espaços florestais, pois face à sua dimensão e organização estariam melhor preparados para responderem às necessidades inerentes à certificação florestal.

O mesmo não acontece com os pequenos proprietários e/ou gestores florestais dada a dificuldade em acederem a informação sobre a certificação e, conseqüentemente, às alterações que devem ser empreendidas na sua gestão florestal, aos custos associados a este processo, etc. Este acaba por ser um dos principais entraves ao aumento da área certificada a nível mundial e, principalmente do nosso país, dado que a maior percentagem da floresta portuguesa é propriedade de pequenos proprietários. Aliás, a prova disso é que os cerca de 50.000 ha de floresta actualmente certificada em Portugal são propriedade de grandes proprietários, nomeadamente, das indústrias de celulose. Alia-se a este facto, o elevado custo que está associado a um processo destes, bem como a relativa complexidade que está inerente à implementação de um sistema de certificação, nomeadamente no que respeita à preparação da documentação, definição de procedimentos, etc.

Como forma de responderem a estas situações, quer o FSC, quer o PEFC, permitem a Certificação de Grupo, ou ainda, a Certificação Regional, esta última apenas existente no esquema de Certificação PEFC.

A Certificação de Grupo, comum aos dois sistemas, ou a Certificação Regional, do Sistema PEFC, têm por objectivo superar os problemas mencionados anteriormente, permitindo a reunião de um conjunto de áreas florestais sob um mesmo gestor, o qual funcionará como fonte de informação e como organizador de todo o processo de certificação. Esta opção possibilitará a cada um dos membros beneficiar de preços mais baixos, uma vez que os custos são partilhados por todos os componentes do grupo, mas sem nunca perderem o controlo da gestão da sua propriedade florestal.

A Certificação de Grupo implica a criação ou nomeação de uma figura que assuma o papel de gestor do grupo e que seja responsável pela implementação do Sistema de Certificação Florestal. Esta pode ser uma



pessoa, uma organização, uma empresa, uma associação, ou outra figura jurídica.

A partir do momento em que o grupo esteja constituído formalmente e tenha definidos os procedimentos e os requisitos de adesão, os direitos e deveres de cada um dos intervenientes, qualquer proprietário ou gestor individual de uma área florestal pode aderir ao grupo, comprometendo-se, para tal, a cumprir com todas as obrigações estabelecidas para a gestão florestal do grupo.

Apresenta-se na página seguinte um esquema que resume este processo.

Face à desorganização do sector florestal, torna-se urgente promover a associação e/ou agrupamento de proprietários e/ou gestores individuais florestais, para que desta forma seja possível enfrentar e ultrapassar as barreiras causadas pelo isolamento partilhado pela grande maioria destes actores e beneficiar de uma economia de escala.

Foi no sentido de contribuir para a promoção desta associação e organização, ou de uma forma geral para o associativismo florestal, que a PD deste projecto empreendeu esta iniciativa de informação e sensibilização sobre a certificação florestal junto dos órgãos gestores dos baldios do PNPG, com o objectivo de os incentivar a iniciar a primeira Certificação Florestal de Grupo no país, composta por uma entidade pública gestora de uma Mata Nacional e entidades privadas gestoras de baldios ou outras formas equiparadas.



PASSOS PARA A CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DE GRUPO

RESUMO

1. Um conjunto de proprietários e/ou gestores florestais interessados em certificar a gestão da sua área florestal agrupa-se e organiza-se.
2. Escolhe-se o Gestor do Grupo, figura responsável pela implementação do processo de certificação.
3. Definem-se os procedimentos de adesão, os requisitos obrigatórios para a adesão (ex. padrões de gestão florestal), bem como os direitos e deveres de cada uma das partes envolvidas no esquema de grupo.
4. Implementam-se acções e preparam-se documentos que respondam aos padrões exigidos pelo esquema de certificação adoptado pelo grupo.
5. O Gestor do Grupo assegura a realização de auditorias internas de forma a garantir que está tudo conforme o exigido pelo esquema de certificação.
6. O Gestor do Grupo faz uma pesquisa de mercado e contrata a entidade certificadora.
7. A entidade certificadora solicita ao Gestor do Grupo toda a documentação necessária.
8. Inicia-se o processo de consulta às partes interessadas.
9. Realiza-se a Auditoria Principal. A empresa auditora apresenta o relatório de auditoria ao Gestor do Grupo e comunica-lhe a decisão da mesma.
10. a) Caso o resultado da auditoria seja positivo é emitido um Certificado de Gestão Florestal Sustentável e é disponibilizado um Resumo Público do Relatório de Auditoria.
b) Caso sejam detectadas não-conformidades durante a auditoria é recomendada a implementação de acções correctivas no sentido de as suprir. Após a rectificação das não conformidades é realizada uma auditoria extraordinária.
11. O certificado tem uma validade de 5 anos.
12. Durante estes 5 anos serão realizadas auditorias bianuais ou anuais, caso se trate do sistema PEFC ou do sistema FSC, respectivamente.

FIG. 4 - ESQUEMA-RESUMO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DE GRUPO.



3. NARRATIVA DE UMA PRÁTICA: PROMOÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DE GRUPO DOS BALDIOS NO PNPG

Dada a alargada abrangência geográfica do projecto, a Parceria de Desenvolvimento restringiu esta acção ao território de intervenção do parceiro Parque Nacional da Peneda-Gerês, ou seja, às 22 freguesias que se distribuem pelos concelhos de Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Terras de Bouro e Montalegre.

Apresentam-se, sob a forma de um esquema, e serão aprofundadas seguidamente, as fases que constituíram o processo de informação, sensibilização e criação do primeiro grupo de gestores florestais que pretende avançar com uma iniciativa de Certificação Florestal de Grupo.

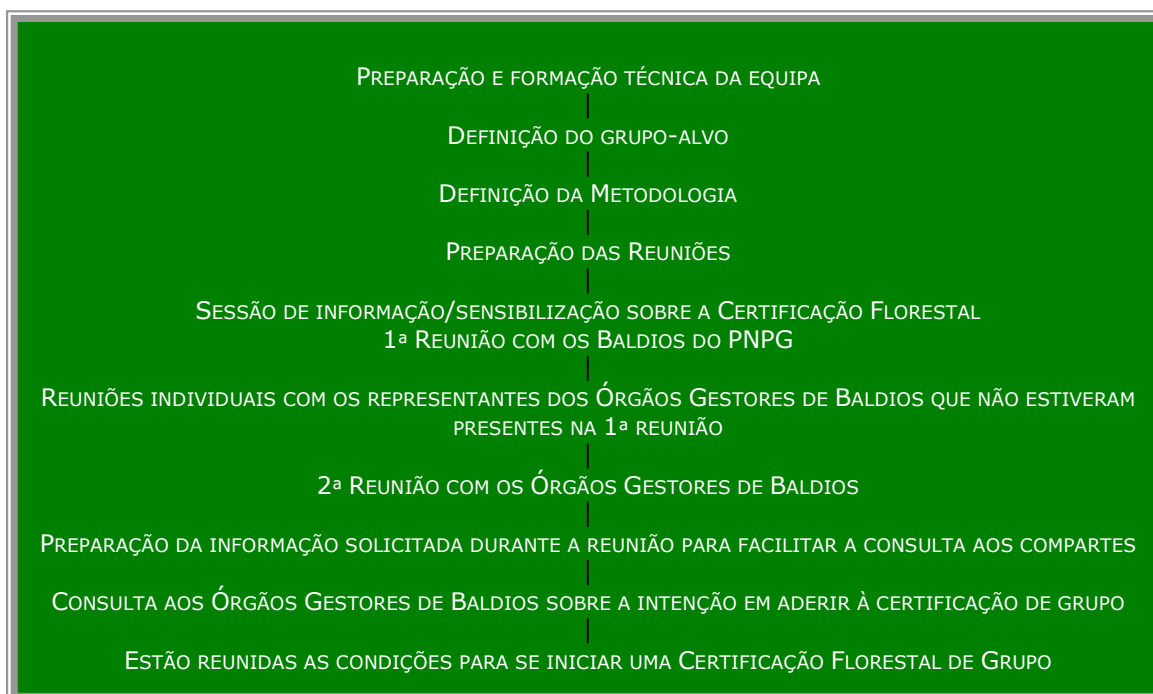


FIG. 5- ESQUEMA RESUMO DAS FASES DE CRIAÇÃO DA 1ª INICIATIVA DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DE GRUPO

3.1 PREPARAÇÃO E FORMAÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA

Antes de se definir a metodologia a adoptar para o processo de sensibilização e informação, a Parceria de Desenvolvimento (PD) do Projecto encetou um processo de aprendizagem e/ou formação de forma a aprofundar conhecimentos relacionados com a temática da gestão e da certificação florestal, nomeadamente sobre os sistemas de certificação florestal vigentes em Portugal, - o PEFC e o FSC; identificar casos semelhantes que pudessem encaminhar a equipa técnica para a



metodologia a adoptar; conhecer diferentes modelos de metodologias participativas, entre outros.

Este processo de aprendizagem foi realizado recorrendo a uma ferramenta, hoje em dia essencial e básica, em questões de acesso e de difusão de informação, a Internet. Esta ferramenta permitiu-nos de uma forma fácil, rápida e económica ter acesso a um leque variado de informação sobre esta temática e, de algum forma, colmatar a falta e/ou a inexistência de informação escrita acerca deste assunto.

Numa fase inicial de pesquisa recorreremos a motores de pesquisa utilizando expressões “certificação+florestal”, “certificação+florestal+Portugal”, o que nos permitiu facilmente aceder a informação em Português sobre este assunto, designadamente aos *sites* respeitantes aos dois sistemas de certificação florestal vigentes em Portugal – www.fscportugal.pt e www.pefc.portugal.cffp.pt.

Posteriormente a pesquisa passou para a esfera internacional, pois era objectivo da PD conhecer iniciativas empreendidas no exterior. Nesta fase passamos obrigatoriamente por aprofundar conhecimentos acerca destas iniciativas que vigoram no nosso país (www.fsc.org e www.pefc.org), perceber a actuação e a importância que estes exercem ao nível da política florestal de países europeus e americanos, bem como, conhecer outros esquemas de certificação florestal criados para responder a necessidades específicas de países ou regiões, tais como, Canadian Standard Association (www.csd.ca/) – Canadá, Sustainable Forest Initiative (www.sfiprogram.org) – EUA, Malasyan Timber Certification Council (www.mtec.com.my) – Malásia, CertforChile (www.certfor.org) – Chile e o Cerflor (www.imnetra.gov.br/qualidade/cerflor.asp) – Brasil.

De assinalar que a pesquisa de informação sobre processos semelhantes àquele que a PD pretendia empreender no território do Parque Nacional da Peneda-Gerês não foi muito frutífera, contudo, esta consulta permitiu-nos conhecer experiências e realidades partilhadas por estudiosos e entidades com grande vivência demonstrada nesta área.

A acrescer a esta pesquisa bibliográfica, a PD entendeu que seria vantajoso o contacto com uma entidade certificadora (neste caso a Associação Portuguesa de Certificação – APCER) com o objectivo de esclarecer dúvidas existentes sobre o processo de certificação florestal, entender o papel destas entidades neste processo, etc.

Posteriormente, foi possível integrar dois técnicos da PD numa acção de formação sobre “Implementação de Sistemas de Gestão Florestal” o que de alguma forma ajudou a consolidar os conhecimentos apreendidos.

De referir, ainda, que durante este processo de aprendizagem/auto-formação foi essencial a experiência no âmbito da certificação florestal de um dos parceiros da PD, a Forestis, obtida através do acompanhamento e



participação em todo o processo de adaptação e/ou adequação dos dois processos de certificação internacionais ao contexto nacional.

3.2 DEFINIÇÃO DO PÚBLICO – ALVO

Embora a certificação florestal seja dirigida a qualquer proprietário ou gestor florestal, esta experiência destinou-se principalmente aos gestores de grandes áreas florestais no PNPG, isto é, os baldios, entidades que administram cerca de 62% (43.204,2 ha) do território desta Área Protegida.

Contribuiu para a tomada desta decisão, a relação de cooperação e parceria pré-existente entre estas entidades e o PNPG, uma vez que partilham ambos o mesmo território de actuação.

Decidiu-se também incluir neste conjunto de entidades, os baldios localizados no Sítio Peneda-Gerês e na Zona de Protecção Especial (ZPE) da Serra do Gerês.

A partir do momento em que esta iniciativa começou a ser divulgada, foram vários os proprietários florestais que entraram em contacto connosco. A estes, foi proporcionada informação sobre a certificação florestal e endereçado o convite para participar na Sessão de Sensibilização/Informação “Certificação Florestal, Uma Oportunidade” que decorreu no Gerês. Esta inclusão permitir-nos-ia perceber de que forma é acolhida esta informação junto do pequeno proprietário, contudo, constatamos posteriormente a ausência destes, na referida sessão.

3.3. DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA

A definição da metodologia a implementar junto do público-alvo foi alvo de muita reflexão no seio da PD, pois éramos conscientes das dificuldades que estão inerentes a um processo de mobilização, principalmente, quando esse teria que ser realizado num território tão extenso como é o Parque Nacional, com entidades muito dispersas geograficamente e, quase sempre, muito descrentes em relação a novos desafios.

Como primeiro passo, estabeleceram-se os objectivos gerais para esta actividade:

- Informar e sensibilizar os baldios no PNPG (público – alvo) para a importância da certificação da gestão florestal;
- Sensibilizar este público para os benefícios da certificação florestal de grupo;
- Encetar uma iniciativa de certificação florestal de grupo entre o PNPG e os baldios do seu território.



Fixados os objectivos, tornou-se necessário discutir a forma de abordagem do público – alvo, sendo que seria fundamental conseguir num primeiro momento a mobilização de todos os representantes dos órgãos gestores de baldios para um mesmo local. Relativamente aos passos seguintes, assumiu-se que estes seriam determinados pelos próprios representantes dos baldios, em função das suas necessidades e expectativas.

Definiu-se que o primeiro momento de reunião, a realizar apenas numa parte do dia, e dirigido a um público mais amplo (baldios, associações florestais, gabinetes técnicos florestais, Direcção Geral de Recursos Florestais, etc.) deveria ter um carácter informativo e de sensibilização sobre a Certificação Florestal. Para este, deveriam ser convidados actores-chave na área da certificação florestal, tais como, entidades representantes dos sistemas de certificação florestal vigentes em Portugal, instituições envolvidas no processo de adaptação dos sistemas internacionais de certificação florestal ao contexto português e, ainda, empresas certificadas pela cadeia de responsabilidade/custódia, como tal, consumidoras de madeira certificada.

Aproveitando a presença dos representantes dos órgãos gestores dos baldios do PNPG nesta reunião, determinou-se que estes seriam previamente convidados a participar numa segunda reunião, a realizar durante a parte da tarde, e na qual se pretendia perceber o interesse destes em certificar a gestão das suas áreas florestais.

Para esta reunião seria fundamental a aplicação de uma metodologia participativa, tendo para isso, que se contratar um “Facilitador”, isto é, um especialista em animação de sessões, capaz de mediar uma discussão e conduzir um processo metodológico, aplicando as técnicas necessárias. Para além destas características, este indivíduo deveria ser alguém que não tivesse qualquer tipo de conotação com o Parque Nacional, de forma a evitar qualquer género de perturbação ou constrangimento passíveis de acontecer em situações de debate e reflexão.

Outra preocupação abordada no seio da PD, foi a necessidade de se desenvolver para esta primeira sessão um conjunto de material informativo e de divulgação, ao qual estivesse associada uma imagem e mensagem apelativa. Neste sentido, estipulou-se que se conceberia um cartaz e um folheto, utilizando como base a imagem criada para o projecto Florestar, e à qual estaria associada a mensagem “Certificação Florestal, Uma Oportunidade”. O folheto, em forma de desdobrável, deveria conter, além da imagem criada para o evento, o programa e um curto texto onde fosse abordada a importância da Certificação Florestal.

Atendendo a que a maioria dos participantes viriam de locais muito afastados, programou-se a oferta do almoço, de forma a reduzir os custos



desta deslocação, optando-se assim, por incluir na ficha de inscrição a pergunta sobre a intenção de almoçar e cuja devolução era obrigatória.

A escolha do local e do dia também não foi descuidada, pois convém recordar que a maior parte dos representantes dos órgãos gestores dos baldios são pessoas que mantêm uma actividade laboral, sujeitas a obrigações horárias. Alia-se a isto, o facto de estarmos perante um território de montanha com difíceis e morosos acessos. Tendo em conta este factores, decidiu-se realizar a sessão num sábado, com início a meio da manhã e no local mais central do PNPG, relativamente aos baldios localizados nos concelhos extremos, a Vila do Gerês, mais concretamente no Centro de Educação Ambiental do Videiro, estrutura pertencente ao Parque Nacional.

Por último, determinou-se que embora se realizasse uma divulgação do evento, seriam convidadas formalmente pelo Director do Parque Nacional todas as entidades com intervenção na área florestal do PNPG (ex. Direcção Regional de Recursos Florestais, Associações Florestais, Gabinetes Técnicos Florestal, etc.) além dos Órgãos Gestores dos Baldios localizados no PNPG, no Sítio Peneda-Gerês e na Zona de Protecção Especial (ZPE) da Serra do Gerês.

3.4 PREPARAÇÃO DA SESSÃO DE INFORMAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO “CERTIFICAÇÃO FLORESTAL, UMA OPORTUNIDADE” E DA 1ª REUNIÃO COM OS BALDIOS DO PNPG

Para a preparação desta Sessão começou por se conceber a imagem e a mensagem associada ao evento “Certificação Florestal, Uma Oportunidade”. Deste trabalho de concepção resultou um cartaz e um folheto informativo sobre o evento (anexo I e II)

Paralelamente, endereçaram-se convites a várias entidades (PEFC – Portugal, Forestis, Cabonor Lda e Asociación Forestal de Galicia) nos quais se sugeria um teor para a apresentação. Deste grupo, apenas a última declinou o convite.

Preparado o material, procedeu-se ao envio dos convites para todos os órgãos gestores de baldios do PNPG (anexo IV) e do Sítio Peneda-Gerês e da ZPE Serra do Gerês (anexo V) e outras entidades relacionadas com a gestão florestal no território desta área protegida. De referir, que foram preparados 2 tipos de ofícios – convite, um dirigido aos baldios do PNPG onde se fazia alusão à reunião de trabalho prevista para a tarde, e outro dirigido aos restantes baldios fazendo referência apenas à Sessão de Informação/Sensibilização. Para evitar, eventuais esquecimentos desta



reunião, uma vez que o convite foi enviado com alguma antecedência, na véspera desta contactaram-se telefonicamente todos os representantes do Baldios do PNPG para os relembrar da mesma.

Como forma de dar a conhecer a organização desta iniciativa e a importância que lhe está associada, redigiu-se uma nota de imprensa (anexo III), enviada aos principais órgãos de comunicação social locais e nacionais

Ainda antes da Sessão decorrida no Gerês, e de forma a contextualizar o “facilitador” contratado, realizou-se um encontro preparatório com a finalidade de traçar os objectivos para a sessão (Perceber o interesse dos Baldios em certificar a gestão das suas áreas florestais e promover o início de um processo real de Certificação Florestal de Grupo) e definir a forma de actuação durante a sessão. Previu-se também o esclarecimento de eventuais dúvidas sobre a Certificação Florestal, para tal, contamos com o apoio técnico da PD, nomeadamente, com um técnico da Forestis.

Focando-nos agora na Sessão, seguimos para esta, a seguinte metodologia:

- Recepção dos participantes e assinatura da folha de presenças (anexo VI);
- Abertura inicial feita pelo Director do Parque Nacional da Peneda-Gerês o qual assumiria o papel de moderador, para abrir a sessão, saudar os presentes e apresentar o primeiro convidado a intervir;
- Intervenção dos primeiros convidados, um Técnico da Forestis especialista em Certificação Florestal e uma representante de um dos Sistemas de Certificação Florestal vigentes em Portugal, o PEFC Portugal, transposto para a Norma Portuguesa 4406/2005 Sistema de Gestão Florestal Sustentável – Aplicação dos critérios pan europeus. Estes dois técnicos decidiram abordar em conjunto a importância da certificação florestal no nosso país, as vantagens que dela advêm, as obrigações que lhe estão inerentes, assim como as especificidades relativas ao Sistema PEFC- Portugal. (Anexo VII e VIII)



FIG. 6
NOTA DE BOAS-VINDAS DADA PELO DIRECTOR DO PNPG



- Intervenção do terceiro convidado, representante da Cabonor, Lda, empresa produtora de cabos de madeira para ferramentas e uma das primeiras empresas certificadas pela Cadeia de Responsabilidade. Este interveniente abordou a experiência da sua empresa



FIG. 7 A REPRESENTANTE DO PEFC – PORTUGAL

em relação à Certificação da Cadeia de Responsabilidade, tendo destacado a necessidade crescente no mercado de madeira certificada, sem a qual não podem competir nem ganhar mercados.

- Intervenção do Director do PNPG, enfatizando a importância da Certificação Florestal para o território do PNPG, nomeadamente para os baldios, gestores de grandes áreas florestais, destacando a valorização que a certificação florestal pode trazer aos produtos florestais provenientes destes territórios permitindo um aumento da competitividade e um acesso mais facilitado ao mercado deste género de produtores.
- Após esta última intervenção foi aberto o debate. Os participantes inscreviam-se e aguardavam a indicação dada pelo moderador para colocarem a sua questão.
- Intervenção final do Director do Parque Nacional para agradecer a participação dos presentes e relembrar os representantes dos Baldios do PNPG da reunião de trabalho prevista para a parte da tarde.



FIG. 8 PERSPECTIVA DOS PARTICIPANTES

A reunião da tarde denominada Sessão de Trabalho, apenas com os representantes dos órgãos gestores de baldios do PNPG, correu conforme o previsto, tendo-se atingido os objectivos traçados para esta. Todos os representantes presentes manifestaram-se interessados em avançar e participar num projecto de certificação florestal em grupo, ficando por completar um trabalho mais técnico (completar e aprofundar o cronograma de actividades iniciado: com a identificação do responsável por cada actividade; o respectivo prazo; e os resultados esperados).



Foi sugerido pelos presentes que fosse feito um contacto individual com os gestores dos baldios que não se encontravam presentes, com o objectivo de os informar e colocar a par do desenvolvimento desta reunião. No sentido de dar continuidade ao trabalho iniciado nesta reunião, o grupo presente demonstrou interesse em reunir novamente para aprofundar o conhecimento sobre a certificação florestal, nomeadamente, os custos associados a cada fase do processo de certificação, as responsabilidades de cada um dos intervenientes do sistema e a eventual selecção da futura entidade gestora da unidade florestal que encabeçaria a Certificação de Grupo, bem como o Sistema de Certificação Florestal a adoptar.

Perante a vontade comum de voltar a reunir, aproveitou-se este momento para agendar uma nova reunião, tendo em conta os “timings” necessários para as reuniões individuais a realizar.

Apresenta-se em anexo (IX), o relatório da sessão.

3.5 REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES INDIVIDUAIS

Atendendo às sugestões apresentadas na última reunião, no sentido de se informar os representantes dos Baldios ausentes sobre os assuntos abordados, definiu-se um plano de reuniões e efectuaram-se os contactos de forma a agendar o encontro com cada um.

As primeiras reuniões decorreram no Vale do Lima e no concelho de Melgaço, todavia, a dispersão geográfica de cada uma das entidades, a indisponibilidade de alguns representantes, bem como, o curto período de tempo disponível para a realização destes encontros não nos permitiu concretizar todo o Plano de Reuniões. Do conjunto de reuniões planeadas, conseguiram cumprir-se 8, tendo ficado por concretizar os encontros com os Baldios do concelho de Montalegre. No entanto, a impossibilidade de reunir com estes Baldios não reduziu o seu nível de informação dado que na Sessão de Trabalho decorrida no Vidoeiro esteve presente um representante da Associação de Baldios do PNPG do concelho de Montalegre incumbido de reunir toda a informação e transmiti-la aos restantes associados.

3.6 2ª REUNIÃO DE TRABALHO COM OS BALDIOS

Dando cumprimento à vontade expressa pelo conjunto de baldios presentes na última reunião preparou-se uma nova Sessão de Trabalho (Anexo X), desta vez, organizada noutra local do Parque Nacional da Peneda-Gerês, no Soajo, em colaboração com a respectiva Junta de Freguesia.

Estiveram presentes, além da parceria do Projecto Florestar – Sustentabilidade da Floresta, representantes dos Baldios do PNPG e das



Associações de Baldios de Entre Douro e Minho (ACEB) e dos Baldios do PNPG, os quais foram novamente convocados através de um ofício – convite remetido pela Direcção do PNPG.

Durante a recepção aos participantes, solicitou-se aos presentes a assinatura da folha de presenças e foi-lhes distribuído um conjunto de informação destinada a familiarizá-los e documentá-los sobre questões relacionadas com a certificação florestal e as boas práticas florestais. Enumeram-se os documentos distribuídos (anexo XI):



FIG. 9 O COORDENADOR DO PROJECTO

- Folheto Informativo sobre a Certificação Florestal de Grupo (criado pela PD para esta sessão);
- Norma Portuguesa 4406/2005 Implementação de Sistemas de Gestão Florestal Sustentável – aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável;
- Código de Boas Práticas para a Gestão Florestal Sustentável – documento complementar da Norma 4406/2005
- Manual da Direcção Geral de Recursos Florestais (ex-Direcção Geral das Florestas) sobre Princípios de Boas Práticas Florestais.

Iniciou-se a Sessão de Trabalho, novamente orientada pelo “Facilitador”, e discutiram-se um conjunto de questões relacionadas com a certificação florestal, nomeadamente, a certificação de Grupo, o processo de certificação florestal, os benefícios da Certificação de Grupo, as responsabilidades e o papel dos baldios neste processo, os custos associados, a consulta à Assembleia de Compartes, etc.



FIG. 10 - FACILITADOR

Acordou-se durante a sessão que os representantes dos Baldios consultariam as suas Assembleias de Compartes sobre a possibilidade de cada um deles vir a integrar uma Certificação de Grupo dos Baldios do PNPG.



Atendendo às eventuais dúvidas que poderiam surgir no seio da Assembleia de Compartes sobre a Certificação Florestal, a PD mostrou disponibilidade para se deslocar a todos as Assembleias onde a sua presença fosse solicitada, no sentido de proporcionar o melhor esclarecimento possível sobre esta temática. Esta proposta foi bem encarada, todavia, os representantes dos baldios demonstraram interesse em proceder a esta consulta sem a presença de indivíduos estranhos à Assembleia de Compartes. Porém, para se sentirem mais seguros relativamente ao tema da certificação e, de forma, a garantirem que a consulta se processasse com o máximo de informação e de esclarecimento, os representantes presentes solicitaram à PD a preparação de um documento onde estivessem reunidas um conjunto de questões pertinentes e respectivas respostas sobre a certificação. Aproveitou-se este momento, para se proceder ao levantamento das questões que deveriam constar nesse documento.



FIG. 11 - PERSPECTIVA DA AUDIÊNCIA

Estipulou-se, ainda, que o processo de consulta às Assembleias de Compartes, decorreria durante o mês de Abril e início de Maio, ficando a PD responsável por proceder à consulta dos representantes de cada uma das entidades, no sentido de obter uma decisão sobre o interesse de cada um dos Baldios integrarem a Certificação de Grupo dos Baldios do PNPG.

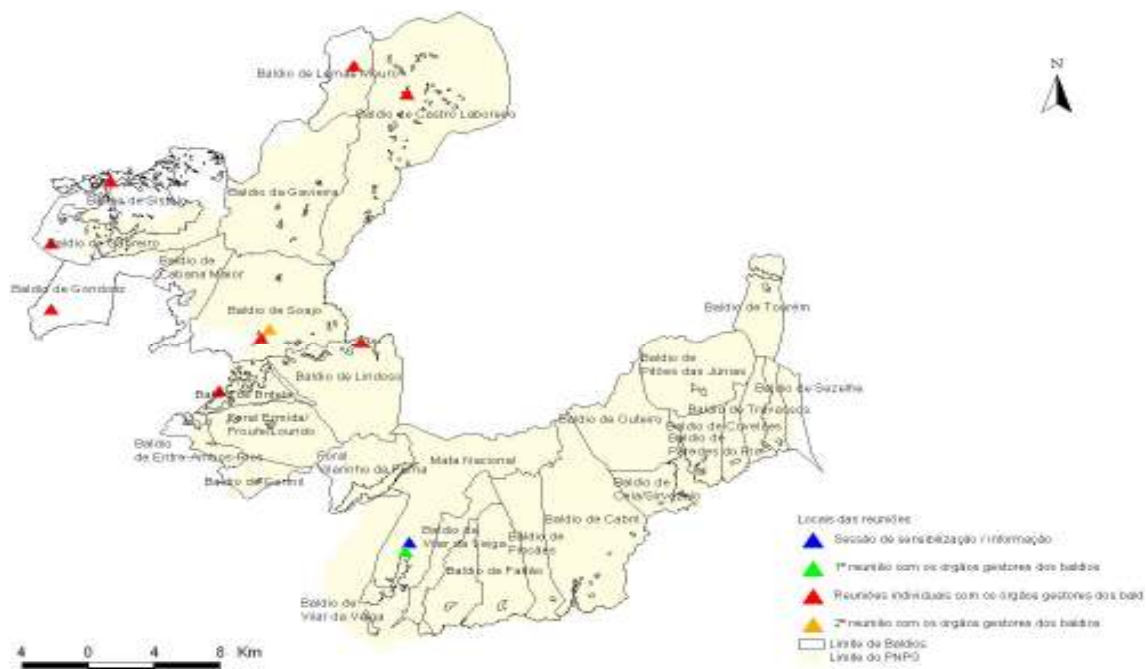


FIG. 12 - LOCAIS DAS REUNIÕES REALIZADAS COM OS ÓRGÃOS GESTORES DOS BALDIOS NO PNPG



Para um conhecimento mais aprofundado do desenvolvimento desta sessão, sugere-se a leitura do relatório apresentado no anexo XII.

3.7 PREPARAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOLICITADA DURANTE A REUNIÃO PARA FACILITAR A CONSULTA AOS COMPARTES

Utilizando como base as questões sugeridas na última sessão, preparou-se um documento que reunisse as possíveis perguntas (com as respectivas respostas) que um Comparte poderia colocar sobre a Certificação Florestal. O documento elaborado pretende dar a perguntas directas, respostas simples e perceptíveis a qualquer tipo de público (anexo XIII).

Este documento enviou-se para todos os baldios do PNPG, acompanhado, no caso dos baldios que não estiveram presentes, pela documentação distribuída na reunião de trabalho.

3.8 CONSULTA FORMAL AOS BALDIOS SOBRE A ADESÃO À CERTIFICAÇÃO DE GRUPO DOS BALDIOS NO PNPG

Um mês e meio após a última reunião, tal como acordado na última reunião, iniciou-se o processo de consulta aos representantes dos Baldios. Esta consulta foi feita através de ofício, no qual se solicitava aos representantes dos baldios o preenchimento e respectiva devolução de um documento (anexo XIV) no qual expressariam a decisão da Assembleia de Compartes. No caso, desta ser favorável à integração da Certificação de Grupo dos Baldios do PNPG, o representante da Assembleia de Compartes deveria preencher também uma declaração de intenção de adesão à Certificação de Grupo dos Baldios do PNPG.

O documento criado para a consulta dividia-se em duas partes. Da primeira parte constava uma secção dedicada à identificação do Baldio e do seu representante e uma outra secção referente à intenção deste em aderir à Certificação de Grupo. Caso a resposta fosse negativa, previram-se algumas razões que poderiam ser apontadas para esta tomada de decisão (ex. falta de financiamento; sistema demasiado complexo e exigente; não acarreta mais valias para o Baldio; não estão reunidas as condições para integrar a certificação de grupo; pretende aderir mais tarde). A segunda parte do documento era destinada a quem pretendesse aderir à Certificação de Grupo, tendo para isso, que preencher e devolver ao Parque Nacional esta declaração de intenção de adesão.



3.9 RESULTADO DA CONSULTA FORMAL AOS BALDIOS NO PNPG

Dos 27 baldios sujeitos a consulta apenas oito responderam. Destes, 3 responderam positivamente e 5 apresentam como motivo para a sua resposta negativa:

- Não possuírem uma área florestal considerável para certificarem (1);
- A implementação de um Sistema de Certificação Florestal é demasiado complexo (1);
- Processo de certificação é muito dispendioso (2);
- Assembleia de Compartes não vê na Certificação Florestal uma mais-valia (1).

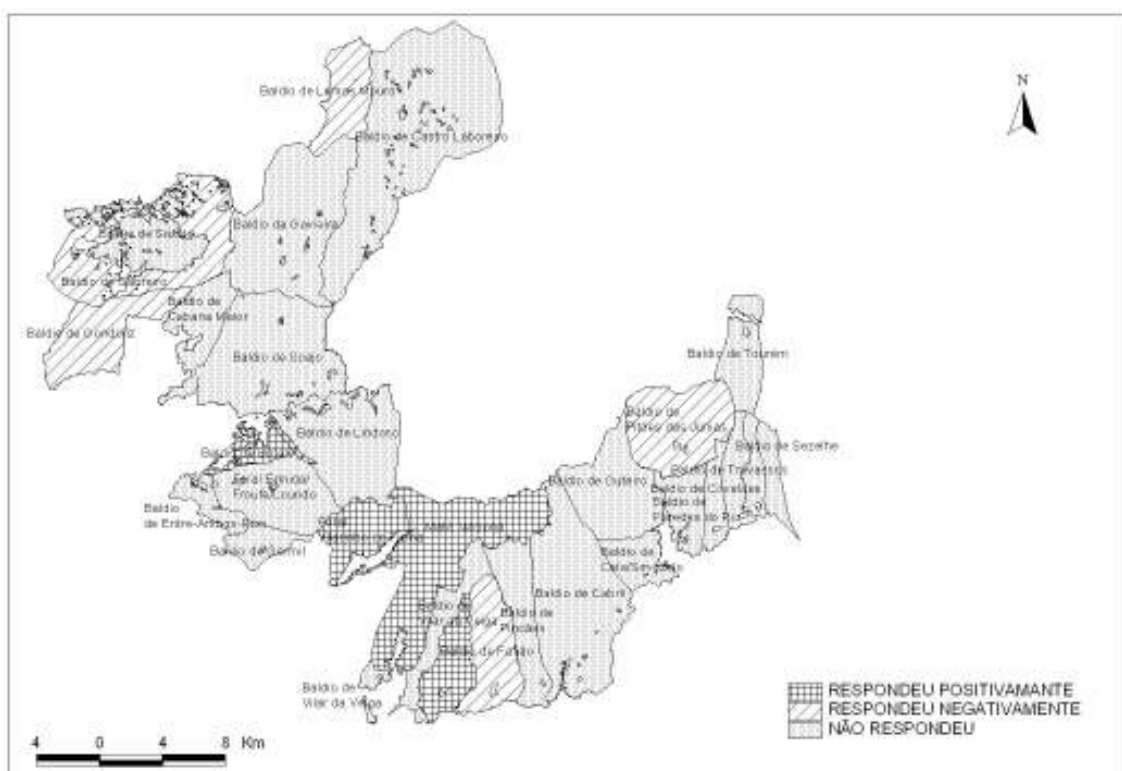


FIG. 13 - RESULTADO DA CONSULTA ÀS ASSEMBLEIAS DE COMPARTES.

Apesar do resultado da Consulta às Assembleias de Compartes neste momento ser ligeiramente negativo, temos vindo a ser contactados por alguns representantes dos Baldios que continuam a demonstrar interesse em aderir a esta Certificação de Grupo. No entanto, são vários os motivos que apontam para tal ainda não ter sucedido:

- Impossibilidade de reunir com os Compartes, dado que até ao momento ainda não foi possível convocar uma Assembleia Extraordinária;
- Necessidade de aguardar pela próxima Assembleia de Compartes que apenas se realizará no próximo ano, algures entre Março e Abril;



- Grande interesse demonstrado por este assunto por parte da Assembleia de Compartes, no entanto, esperam votar esta proposta na próxima assembleia;

O facto destes baldios não poderem neste momento tomar uma decisão não é impeditivo de que, caso ela venha a ser positiva, estes venham a integrar o grupo, uma vez que nos encontramos perante um processo que não teve, nem terá fim. A Certificação Florestal de Grupo não é um sistema fechado, prevê a possibilidade de abandono por parte de um membro, assim como, a integração de novos membro, desde que cumpram com todas as obrigações estabelecidas para a gestão florestal do grupo.

Vislumbrando a possibilidade de a curto prazo o conjunto de Baldios com interesse em aderir a uma Certificação de Grupo aumentar, constata-se que neste momento já estão reunidos os requisitos mínimos para a Criação da Primeira Certificação Florestal de Grupo em Portugal, composta por uma parceria público-privada, a qual contribuirá com mais cerca de 8000 ha de floresta certificada.

Esta iniciativa pode ser considerada duplamente inovadora pelos seguintes motivos:

- Primeira iniciativa de certificação florestal de grupo conhecida em Portugal, a qual é sobrevalorizada pela parceria alcançada entre o sector público e privado;
- Primeira iniciativa de certificação florestal de grupo no país que envolve Baldios e outras formas equiparadas.

Ciente do importante marco que foi alcançado, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade integrou no Plano de Actividades do próximo ano a continuidade desta acção (destacam-se as seguintes acções: formalização e dinamização da Certificação de Grupo dos Baldios no PNPG, eleição do gestor do grupo e escolha do sistema de certificação a adoptar, ...), esperando, a curto prazo, ter a gestão de uma parte da área florestal do seu território certificada.



3.10 PONTOS FORTES E FRACOS DESTA METODOLOGIA

Um dos aspectos mais positivos a salientar desta metodologia relaciona-se com a promoção do *empowerment* dos órgãos gestores dos baldios, ao estimular a sua participação e envolvimento em todo o processo de construção desta prática. Evidenciam-se, como momentos chave, a reflexão conjunta sobre as necessidades e dificuldades inerentes à implementação de um sistema de certificação florestal e pesquisa de soluções consensuais; e a definição conjunta dos passos seguintes do processo;

A motivação das pessoas envolvidas proporcionada pelo facto de serem consideradas elementos fundamentais em todo este processo, é outro aspecto positivo a focar.

Um outro ponto forte desta metodologia reside no facto de ter promovido a responsabilização dos órgãos gestores dos baldios, quer perante a comunidade que representavam e a quem tinham o dever de informar e consultar, quer perante a Parceria de Desenvolvimento a quem deviam comunicar o resultado da consulta à Assembleia de Compartes;

Este processo de mobilização dos baldios fomentou a capacidade de trabalho em parceria, bem como o fortalecimento da relação com o PNPG;

Por último, destaca-se como outra vantagem desta metodologia o facto de ter proporcionado a todas as entidades envolvidas no seu desenvolvimento um ganho de competências, uma vez que a criação desta primeira iniciativa de certificação florestal de grupo constituiu um processo de aprendizagem permanente, no qual foi necessário uma readaptação e reformulação das estratégias de actuação à medida que o trabalho ia sendo desenvolvido com o público-alvo. O desenvolvimento desta prática permitiu aos seus promotores reforçar o enriquecimento ao nível de competências na área da certificação florestal, planeamento participado, comunicação, dinâmicas de grupo e construção de ferramentas.

Esta metodologia apresentou também alguns limites e fragilidades.

Um dos principais problemas com que nos confrontamos teve a ver a com a dificuldade em reunir simultaneamente com todo os representantes dos baldios. Embora tivesse havido a preocupação na escolha do dia e do local para a primeira reunião, de forma a evitar um número muito significativo constatamos que os representantes dos baldios mais afastados não compareceram. Por exemplo, enquanto na primeira reunião (Gerês - concelho de Terras de Bouro) estiveram mais representados os baldios do concelho de Terras de Bouro e Montalegre, na segunda reunião (Soajo – concelho de Arcos de Valdevez) compareceram em maior número os Baldios de Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca). A opção por esta metodologia deve ser ponderada e debatida no seio do Grupo de Trabalho.



Por um lado, somos confrontados com a necessidade de colocar simultaneamente no mesmo espaço físico todo o público-alvo proporcionando-lhes um momento de debate e reflexão partilhada e, por outro, com receio de uma fraca adesão, somos tentados a reunir em grupos mais pequenos e em vários locais.

Outra dificuldade que sentimos foi imposta pelos curtos *timings*, que não nos permitiram a concretização de todas as reuniões individuais com os representantes dos baldios ausentes na primeira sessão. O tempo foi também um factor limitante na fase da Consulta à Assembleia de Compartes, dado que se torna relativamente difícil o agendamento de uma reunião, que por norma se realiza uma vez ao ano (em Março), num curto espaço de tempo. Este facto, reflectiu-se na baixa adesão à Consulta Formal realizada junto dos Órgãos Gestores de Baldios.

3.11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Actualmente, um dos maiores desafios que o sector florestal nacional enfrenta, de forma a responder e a acompanhar as exigências e a pressão promovidas pelo mercado externo, no sentido de fornecer produtos certificados, é a concretização da implementação da certificação da gestão na floresta portuguesa.

Foi no sentido de colmatar esta ausência de matéria-prima florestal certificada que a Parceria de Desenvolvimento empreendeu esta iniciativa de informação e sensibilização sobre a importância da certificação florestal, junto dos órgãos gestores dos baldios do PNPG, e da qual resultou a criação da primeira iniciativa de certificação florestal de grupo partilhada por uma entidade pública (o ICNB/PNPG) e por um grupo de órgãos gestores de baldios e outras formas equiparadas.

Desta experiência resultou a criação desta narrativa de prática, esperando que se torne num ponto de partida para outras iniciativas semelhantes.



4. ELABORAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE OS DOIS SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL VIGENTES EM PORTUGAL E SUA INCLUSÃO NO SIMULADOR FLORESTAL

A par do trabalho descrito anteriormente, elaborou-se um documento com informação acerca dos dois sistemas de certificação florestal vigentes em Portugal (anexo XV) para integrar no simulador florestal. Esta informação está actualmente a ser sujeita a uma validação pelas entidades representantes dos dois esquemas de certificação em Portugal.



ANEXO I

Cartaz

Sessão de Sensibilização “Certificação Florestal, Uma Oportunidade”

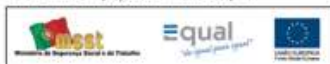


CERTIFICAÇÃO FLORESTAL, UMA OPORTUNIDADE.

Dia 3 de Março, às 10h00 no PNP
Centro Ambiental do Vidoeiro | Caldas do Gerês



Florestar é um projecto co-financiado por:



PROJECTO FLORESTAR | Nova Quinta do Telhado, Bloco B, Loja 1 - 5400-180 Chaves
Tel: 276 301 700 | Fax: 276 301 709 | e-mail: florestar@mail.telepac.pt



ANEXO II

Folheto distribuído às entidades convidadas Sessão de Sensibilização “Certificação Florestal, Uma Oportunidade”

PARCEIROS DO PROJECTO

Adiact - Associação de Desenvolvimento Integrado do Alto Corgo e Tâmega
 Bosque, Lda.
 Fagronural - Federação das Associações Agro-Florestais Transmontanas
 Ferreira & Seixas, Lda.
 Florestis - Associação Florestal de Portugal
 Parque Nacional da Peneda-Gerês/Instituto da Conservação da Natureza
 Promoflores, Crl

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome:
 Entidade: Cargo:
 Contacto:

Pretende almoçar? Sim Não

Confirme a sua inscrição:

- Enviando esta Ficha de Inscrição (uma por pessoa) para:
 Fax: 253 203400 Tel. 253 203400 (Aida Mesquita)

DATA LIMITE DE INSCRIÇÃO: 28 de Fevereiro



Financiado e em parceria com:



Informações:
 Parque Nacional da Peneda-Gerês
 Av. António Frazão 4100 e Braga
 Tel. 253 203400 Fax: 228111000 e-mail: pnpg@icn.pt

SESSÃO DE SENSIBILIZAÇÃO

CERTIFICAÇÃO FLORESTAL, UMA OPORTUNIDADE

O consumidor actual privilegia cada vez mais os produtos provenientes de sistemas de produção sustentáveis. Os produtos de origem florestal não são excepção. Para as empresas que trabalham com matéria-prima proveniente da floresta é actualmente uma mais valia poderem garantir que os seus produtos provêm de florestas geridas de uma forma sustentável. Assim, respondem positivamente às exigências do mercado e contribuem para uma floresta sustentável e, conseqüentemente, para um melhor ambiente.

Como resposta a estas necessidades de mercado surgem os Sistemas de Certificação Florestal que têm por objectivo reconhecer, valorizar e promover áreas florestais que são geridas de forma sustentável.

A certificação florestal surge, assim, como uma oportunidade para os produtores (proprietários individuais, baldios e afins) e indústrias florestais valorizarem os seus produtos, podendo deste modo aumentar a sua competitividade e garantir o acesso ao mercado.

PROGRAMA

SÁBADO, DIA 3 DE MARÇO

Manhã

- 09h30 Recepção dos participantes
 10h00 Sessão de Sensibilização Certificação Florestal, uma oportunidade
- Intervenções das seguintes entidades:
- Conselho da Fieira Florestal Portuguesa
 - Florestis – Associação Florestal de Portugal
 - Cabonor, Lda. (empresa certificada pela Cadeia da Responsabilidade)
 - Parque Nacional da Peneda-Gerês

12h30 Almoço (a cargo da organização)

Tarde

(sessão apenas destinada aos baldios e outras formas equiparadas do PNPQ)

- 14h30 Sessão de Trabalho
 16h30 Fim dos trabalhos





ANEXO III

Nota de Imprensa

Sessão de Sensibilização “Certificação Florestal, Uma Oportunidade”



Informação para a Imprensa / 1 de Março 2007

Sessão de Informação/Sensibilização “Certificação Florestal, Uma Oportunidade”

Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro (Caldas do Gerês), 3 de Março, 10H00

O Parque Nacional da Peneda-Gerês convida neste próximo Sábado, 3 de Março, diversas entidades com responsabilidades na gestão florestal na área do parque para uma acção de informação/sensibilização para a **Certificação Florestal**. A sessão, com início às 10 horas, decorre no Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro nas Caldas do Gerês.

Pretende-se com esta iniciativa divulgar a importância da implementação de Sistemas de Gestão Florestal Sustentável, nomeadamente, o **PEFC – Portugal**. O encontro conta com a participação de representantes da FORESTIS, do Conselho da Floresta Florestal Portuguesa e da Cabanor, Lda, uma das primeiras empresas em Portugal a ser certificada pelo Caderno de Responsabilidade.

Foram convidados os Órgãos Gestores de Baldios e outras formas equiparadas, Associações Florestais, Gabinetes Técnicos Florestais, Associações de Baldios e os Núcleos Florestais do Alto e Baixo Minho.

A iniciativa desenvolve-se no âmbito do Projecto “Florestar – Sustentabilidade da Floresta”, financiado pela iniciativa comunitária EQUAL.

Na perspectiva do Parque Nacional, a certificação florestal, mais do que um desafio ou novidade, é indiscutivelmente uma oportunidade que importa conhecer, sendo esta uma oportunidade para informar as entidades que intervêm na gestão florestal do seu território sobre um dos sistemas de gestão florestal sustentável mais importantes a nível nacional, o **PEFC – Portugal**, reconhecido internacionalmente pelo Conselho PEFC desde 2004 e que se encontra actualmente integrado para o NF 44062006 (Sistemas de Gestão Florestal Sustentável – aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável).

Este sistema de certificação permite aos produtores florestais portugueses o cumprimento dos requisitos mínimos que asseguram uma gestão sustentável da floresta. Tem como finalidade garantir aos consumidores que os produtos com certificação PEFC derivam de uma gestão florestal onde são aplicados de forma consistente princípios de sustentabilidade, assentes em três pilares: Básico, Social, Ambiental e Económico.

Com esta iniciativa, esta Área Protegida reforça desta forma o seu papel de entidade promotora da sustentabilidade da floresta, procurando contribuir para a valorização dos produtos florestais provenientes do seu território e para o aumento da competitividade e sucesso no mercado dos produtores (proprietários individuais, baldios, etc.) e indústrias do sector florestal.

Para mais informação sobre este encontro, contacte a sede do Parque Nacional da Peneda-Gerês (Tel.: 253203460).

Sobre a certificação florestal, consulte também www.pefc-portugal.cfp.pt e www.fsportugal.org.

Gabinete de Relações Públicas:
Rue de Santa Marta, 55
1150-294 Lisboa
Portugal
T. geral: (+351) 21 3507900
Fax: (+351) 21 3507906





Certificação Florestal

PENEDA-GERÉS

■ REDACÇÃO

Decorre hoje no Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro, Caldas do Gerês, uma sessão de informação/sensibilização sobre a Certificação Florestal. A iniciativa é do Parque Nacional Peneda-Gerês que tem por objectivo divulgar a importância da implementação de Sistemas de Gestão Florestal Sustentável, nomeadamente o PEFC - Portugal.

No encontro, agendado para as 10 horas, participam representantes da FORESTIS, do Conselho da fileira Florestal Portuguesa e da Cabonor, uma das primeiras empresas nacionais a ser certificada pela Cadeia da Responsabilidade. Segundo o Parque Nacional, "a certificação florestal per-



Ação é promovida pelo Parque Nacional Peneda-Gerês

mite aos produtores portugueses o cumprimento dos requisitos mínimos que asseguram uma gestão sustentável da floresta".

O objectivo é garantir aos consumidores "que os produtos com certificados PEFC derivam de uma gestão florestal onde são aplicados,

de forma consistente, princípios de sustentabilidade".

Com esta iniciativa, a área protegida reforça o seu papel, procurando contribuir para a valorização dos produtos florestais provenientes do seu território e para o aumento da competitividade.

6

SÁBADO
3 de Março de 2007

Diário do 30

A sessão de informação/sensibilização sobre "Certificação florestal, uma oportunidade", organizada pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês, no âmbito do projecto "Florestar – Sustentabilidade da Floresta", decorre, entre as 9h30 e as 16h30, no Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro, nas Caldas do Gerês, Terras de Bouro.



ANEXO IV

Lista de entidades convidadas (território PNPG) Sessão de Sensibilização “Certificação Florestal, Uma Oportunidade”

ENTIDADE	MORADA
AFURNA	4840-030 Campo do Gerês
Assembleira de Compartes do Baldio da Gavieira	4970-150 Arcos de Valdevez
Assembleira de Compartes do Baldio do Soajo	4970 Arcos de Valdevez
Associação de Baldios do PNPG - Delegação do PNPG em Montalegre	5470 Montalegre
Órgão Gestor do Baldio de Britelo	4980 Ponte da Barca
Junta de Freguesia de Cabana Maior	4970-097 Cabana Maior
Órgão Gestor do Baldio de Lindoso	4980-451 Lindoso
Conselho Directivo de Baldios da Cabreiro	4970-234 Cabreiro
Conselho Directivo de Baldios da Ermida	4845-072 Ermida
Conselho Directivo de Baldios de Cabril	5470-013 Cabril
Conselho Directivo de Baldios de Castro Laboreiro	4960 Melgaço
Conselho Directivo de Baldios de Cela-Sirvozel	5470 Montalegre
Conselho Directivo de Baldios de Covelães	5470 Montalegre
Conselho Directivo de Baldios de Covide	4845 - 080 Covide
Conselho Directivo de Baldios de Fafião	5470 Montalegre
Conselho Directivo de Baldios de Germil	4980 - 330 Germil
Conselho Directivo de Baldios de Gondoriz	4970 -171 Gondoriz
Conselho Directivo de Baldios de Outeiro	5470 Montalegre
Conselho Directivo de Baldios de Paredes	5470 Montalegre
Conselho Directivo de Baldios de Pincães	5470 Montalegre
Conselho Directivo de Baldios de Pitões das Júnias	5470 Montalegre
Conselho Directivo de Baldios de Rio Caldo	4845-024 Rio Caldo
Conselho Directivo de Baldios de Sezelhe	5470 Montalegre
Conselho Directivo de Baldios de Sistelo	4970-645 Sistelo
Conselho Directivo de Baldios de Tourém	5470 Montalegre
Conselho Directivo de Baldios de Travassos	5470 Montalegre
Conselho Directivo de Baldios de Vilar da Veiga	4845-067 Vilar da Veiga
Conselho Directivo de Baldios Entre Ambos-os-Rios	4980-312 Entre-Ambos-os-Rios
Ao Foral da Ermida, Froufe e Lourido	4980-313 Entre-Ambos-os-Rios
Junta de Freguesia de Lamas de Mouro	4960-170 Lamas de Mouro
Órgão Gestor do Baldio de Campo do Gerês	4840 - 030 Montalegre



ANEXO V

Lista de entidades convidadas (Rede Natura 2000 e ZPE Serra do Gerês) Sessão de Sensibilização “Certificação Florestal, Uma Oportunidade”

ENTIDADE	ENDEREÇO
Órgão Gestor do Baldio de Sta Maria de Bouro	4720-688 Sta Maria de Bouro
Órgão Gestor do Baldio de Sta Marta de Bouro	4720 Santa Marta de Bouro
ACEB – Associação para a Cooperação Entre Baldios	4900 Vina do Castelo
Orgão Gestor do Baldio de Alvaredo	4960-010 ALVAREDO
Órgão Gestor do Baldio de Chaviães	4960 Chaviães
Órgão Gestor do Baldio de Couso	4960 Couso
Órgão Gestor do Baldio de Cristoval	4960 Cristoval
Órgão Gestor do Baldio de Cubalhão	4960 Cubalhão
Órgão Gestor do Baldio de Fiães	4960 Fiães
Órgão Gestor do Baldio de Gave	4960 Gave
Órgão Gestor do Baldio de Paços	4960 Paços
Órgão Gestor do Baldio de Paderne	4960 Paderne
Órgão Gestor do Baldio de Parada do Monte	4960 Parada do Monte
Órgão Gestor do Baldio de Penso	4960 Penso
Órgão Gestor do Baldio de Prado	4960 Prado
Órgão Gestor do Baldio de Remoães	4960 Remoães
Órgão Gestor do Baldio de Roussas	4960 Roussas
Órgão Gestor do Baldio de São Paio	4960 São Paio
Conselho Directivo do Baldio de Saim	4840-060 Terras de Bouro
Baldio de Vilar	4840 - 140 Vilar
Conselho Directivo do Baldio de Choreense	4840 - 060 Choreense
Órgão Gestor do Baldio de Souto	4840 - 130 Souto
Conselho Directivo do Baldio de Cortinhas	4840 - 020 Brufe
Órgão Gestor do Baldios de Sta Isabel	4840 - 110 Sta Isabel do Monte
Órgão Gestor do Baldio de Moimenta	4840 - 100 Moimenta
Órgão Gestor do Baldio de Balança	4840 - 010 Balança
Órgão Gestor dos Baldios	4840 - 040 Carvalheira
Orgão Gestor dos Baldios	4840 - 090 Gondoriz
Cons. Dir. dos Baldios de Assento e Quintão	4840 - 040 Carvalheira
Comissão de Moradores de Ervedeiros	4840 - 040 Carvalheira



Órgão Gestor dos Baldios	4840 - 050 Chamoim
Conselho Directivo dos Baldios de Antas e Mesquita	4840 - 090 Gondoriz
Órgão Gestor dos Baldios de Cibões	4840 - 070 Cibões
Órgão Gestor dos Baldios de Aboim das Choças	Aboim das Choças 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Aguiã	Aguiã 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Aldora	Aldora 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de São Salvador	São Salvador 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de São Paio	São Paio 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Ázere	Ázere 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Carralcova	Carralcova 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Cendufe	Cendufe 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Couto	Couto 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Eiras	Eiras 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Ermelo	Ermelo 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Extremo	Extremo 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Giela	Giela 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Grade	Grade 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Guidalheses	Guidalheses 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Jolda Madalena	Jolda Madalena 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Jolda São Paio	Jolda São Paio 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Loureda	Loureda 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Mei	Mei 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Miranda	Miranda 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Monte Redondo	Monte Redondo 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor de Oliveira	Oliveira 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Paçô	Paçô 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Padreiro Salvador	Padreiro Salvador 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Padreiro Santa Cristina	Padreiro Santa Cristina 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Padroso	Padroso 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Parad	Parada 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Portela	Portela 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Prozelo	Prozelo 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Rio Cabrão	Rio Cabrão 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Rio frio	Rio Frio 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Sá	Sá 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Sabadim	Sabadim 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de Santar	Santar 4970 Arcos de Valdevez
Órgão Gestor do Baldio de São Cosme e São Damião	São Cosme e São Damião 4970 Arcos de Valdevez



ANEXO VII

Apresentações (PEFC Portugal)

Sessão de Sensibilização “Certificação Florestal, Uma Oportunidade”

PEFC – Origem e Evolução

PEFC Portugal
Paula Salazar

CERTIFICAÇÃO FLORESTAL, UMA OPORTUNIDADE.
Dia 5 de Maio, às 10h30 no PAFC
Centro de Estudos do Ambiente e do Território

FLORESTAR
SUSTENTABILIDADE DA FLORESTA
N.º 2004/03/ALC/001/01

PEFC - Origem e Evolução

- PEFC – Origem e Evolução
- PEFC – Estado Actual e perspectivas futuras
- Conclusões



Certificação Florestal

gênese do conceito

- Dificuldades em travar a desflorestação nas regiões tropicais
- Insucesso dos incentivos para a gestão florestal sustentável nas regiões tropicais
- Boicotes dos consumidores e das organizações não-governamentais
- As relações comerciais podem auxiliar as questões ambientais
- Os consumidores pretendem garantias sobre os produtos

segundo Simula (1999)



Criação do PEFC Council

- Características dos Produtores Florestais Europeus e das Florestas Europeias
- Forte tradição de Gestão Florestal
- Grande número de proprietários devido à fragmentação da propriedade florestal
- Grande diversidade cultural e paisagística
- Forte integração da agricultura/floresta/sociedade
- Quadro legal e institucional sólido



PEFC

Quadro de Referência comum

Documento Técnico do PEFC Council
 Cada país adapta o seu Sistema de Certificação Florestal
 Avaliação por uma Entidade Terceira (Independente)
 O reconhecimento é feito pelos membros do PEFC Council

37 Países aderentes

PEFC

Pilares de base PEFC

Conselho PEFC

- Processos Políticos Regionais para SGF
- Subsidiariedade e Independência dos Esquemas Nacionais
- Procedimentos normalizados de certificação e acreditação
- Processo com Partes Interessadas "abordagem Bottom Up"

PEFC

Credibilidade

- Acreditação e Certificação são independentes – procedimentos das Normas Internacionais ISO
- Assume os Critérios e Indicadores de GFS acordados nos processos regionais como FSC, Carqueij, Moneis, ITTO, etc.
- Os processos são governamentais para a produção das Florestas, sob um mecanismo em que o apoio de 148 Governos (abastecimento de base florestal mundial)
- Para a avaliação o controlo de gestão das áreas florestais aplica-se ao sistema adoptado pelas partes interessadas locais/regionais

PEFC

Transparência

Participação das Partes Interessadas

Regras de participação que asseguram a participação livre e voluntária das partes interessadas

processos democráticos de decisão

OPF | Indústrias Florestais, Prestadores de Serviços, ONGAS, Certificadores, Administração Pública, Universidade e Centros Tecnológicos

PEFC

Adaptação à Realidade Ambiental

Países participantes no processo harmonizatório – Critérios e Indicadores para a Gestão Florestal Nacional

Legend: FSC, Carqueij, Moneis, ITTO, etc.

PEFC

Adaptação à realidade social

Adaptado às realidades Europeias, de grande desagregação da propriedade florestal

A certificação PEFC oferece a opção económica com a pertinência ambiental e social. 3 tipos de certificação:

REGIONAL **GRUPO** **INDIVIDUAL**

Vantagens:

- >Mais abrangente e não discriminatório
- >Benefício/ Custo menor

PEFC

O que o PEFC significa?

- >Credibilidade
- >Transparência
- >Adaptação à realidade ambiental
- >Adaptação à realidade social
- >Equilíbrio na tomada de decisões
- >Muito reconhecimento do Sistema de Certificação Florestal

PEFC

Estado Actual e Perspectivas Futuras



PEFC – Certificação Florestal Credível

- O PEFC passou a ser a maior fonte de produtos de base florestal certificados no mundo.
- O PEFC usa acreditação reconhecida internacionalmente (IAF) e processo de certificação (ISO) tal como acontece em outros sectores de actividade.
- O PEFC está suportado em cerca de 32 esquemas de certificação nacionais independentes e seus promotores (inclui proprietários florestais, indústria ONGA e sindicados)



22 sistemas nacionais reconhecidos / mais de 191 milhões de hectares e 2700 certificados de CdR

PEFC Countries	Individual Countries	Number of PEFC CdR Holders
Australia	1 126 743	1
Austria	8 274 800	231
Bulgaria	248 784	87
Brasil	192 807	0
Canada	22 540 345	42
China	1 258 878	36
Colômbia	0	1
Costa Rica	1 987 821	200
Dinamarca	88 169	82
Finlândia	22 148 842	111
Francia	6 128 868	821
Germany	7 178 867	464
Hungria	0	1
India	148 334	30
Japão	0	11
Letónia	27 860	12
Lituânia	79 671	7
Malásia	0	12
Malta	0	20
Montenegro	8 126 746	0
Portugal	33 812	1
Suécia	0	0
Suiza	512 117	42
Spain	8 752 344	38
Suécia	127 281	1
United Kingdom	0	136
USA	22 276 768	0
Total	111 161 228	2 700

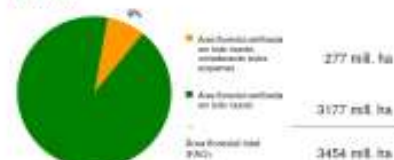
Source: International PEFC (11 August 2006)



PEFC Council International



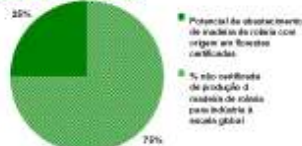
Área Florestal com GF Certificada no Mundo



Nota: A área florestal potencial com probabilidade de ser certificada é aproximadamente de 600 - 650 milhões hectares. Cada área isolada de floresta produzida que produz anualmente 1,500 milhões m³ de madeira de colónia para fins industriais. (FAO 2005)



Potencial de abastecimento de florestas certificadas / produção de madeira de rolaria para a indústria.



(Fonte: UNECE Timber Outlook Volume LXIII 2006 Forest Products Annual Market Review 2005-2006)



PEFC – Vantagens e Oportunidades



PEFC Portugal
Paula Salazar

CERTIFICAÇÃO FLORESTAL, UMA OPORTUNIDADE.

30 de Março, as 10h30 no PEFC Centro Ambiental do Vidago | Lisboa de Junho

FLORESTAR SUSTENTABILIDADE DA FLORESTA Nº 2004 EQUAL ADOE 161





Vantagens e Oportunidades



Razões para aderir à certificação PEFC



Promovendo a Gestão Florestal Sustentável
para mais informação: www.pefc-portugal.ctb.pt www.pefc.org



CERTIFICAÇÃO PEFC

- O PEFC é um quadro global para o mútuo reconhecimento de esquemas de certificação florestais nacionais e visa promover a GFS e produtos certificados em todo o Mundo.
- As normas utilizadas pelos membros do PEFC a nível nacional são baseadas nos critérios para a GFS acordados pelos governos, nos processos inter-governamentais para GFS em todo o mundo.
- O PEFC é a escolha de mais de 15 Milhões de proprietários florestais nos países Europeus.



Certificação Regional/ Grupo



Referencial Técnico

- Permite a **participação** num sistema onde são aplicadas **boas práticas de gestão florestal** que irão contribuir para a melhoria da **rendibilidade** da exploração florestal e **simultaneamente**, dos aspectos sociais e ambientais locais.

Partilha e equilibrada de custos: A aplicação de um sistema regional/grupo tem o melhor rácio benefício/custo porque os custos são partilhados e existe apenas uma entidade encarregue da certificação.



Na pratica, em que consiste?

- ✓ A madeira cortada não é em maior quantidade do que a madeira regenerada;
- ✓ As árvores são replantadas ou naturalmente restabelecidas por regeneração natural após corte;
- ✓ Os direitos dos trabalhadores e a sua segurança são protegidos;
- ✓ O emprego local é encorajado;
- ✓ Os direitos das populações locais, isto é, das populações que vivem da floresta e dos bens nela produzidos são respeitados;



Vantagens da Certificação PEFC

- **Melhora a gestão** - Optimiza processos e recursos: aumenta a produtividade e competitividade
- Permite **demonstrar o compromisso com a GFS**, afirmando uma atitude responsável perante a sociedade em geral - contribui para melhorar a imagem da floresta, dos seus proprietários e da actividade florestal no seu conjunto - Satisfação dos clientes/partes interessadas
- Permite **acesso a mercados** com exigências cada vez maiores, pela diferenciação positiva de matéria-prima com origem em áreas sob gestão florestal sustentável activa.



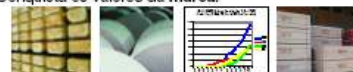
Vantagens da Certificação PEFC

- Traz **vantagens competitivas** face a outros locais/ produtos florestais semelhantes mas não certificados.
- Contribuir para a competitividade e afirmação das empresas de base florestal, assegurando a **qualificação da matéria-prima no início da cadeia de responsabilidade**.
- Permite o acesso, a médio longo prazo, a **concursos/subvenções** mais atractivas do que as que seriam possíveis sem um certificado de gestão florestal.



Vantagens / Oportunidades de Mercado

- **Aquisições globais + vendas globais** através da Cadeia de Responsabilidade internacional.
- **Posicionamento:** Os primeiros ganham **vantagens competitivas**.
- **Aumenta / alarga opções** e possibilidades.
- **Conquista os valores da marca.**





Importante Instrumento de Comunicação e Marketing

- **Melhora a imagem e demonstra espírito de liderança.**
- **Promove os produtos de base florestal como renováveis e "amigos do ambiente".**
- **Cria acesso ao mercado de produtos certificados PEFC para a comunicação de ambos produtos (on- e off- product)**



Fonte Segura e Transparente

- **Assegura que os produtos de base florestal provêm de fontes legais e sustentáveis.**
- **Assegura o "negócio" nas relações comerciais futuras (os clientes pedem provas). Dar uma prova documentada e independentemente verificada.**



Estabilidade a longo termo

- **O PEFC é o esquema escolhido por uma grande maioria de empresas de base florestal na Europa e América.**
- **Competitividade no mercado global requer sistemas disponíveis internacionalmente.**
- **A disponibilidade de matéria prima é assegurada pelo PEFC (8 % da floresta mundial, com dominância na Europa e Norte da América).**
- **Os número de certificadas de Cadeia de Responsabilidade PEFC estão a aumentar rapidamente.**



Benefícios financeiros

- **A procura por produtos certificados em certos mercados é maior que a oferta.**
- **As receitas com produtos certificados vão manter-se mais altas comparativamente a produtos não certificados**
- **Instituições Financeiras** estão a aumentar a procura de CSR num variado leque de aspectos ambientais que possam afectar o risco de cotação das empresas.



Razões

Promovendo a Gestão Florestal Sustentável
para mais informação: www.pefc.org



Situação Actual

- **Grupos de consumidores/clientes** procuram provas de que os produtos de base florestal (principalmente papel e madeira) são de origens sustentáveis.
- **Políticas de aquisição Públicas/ Autoridades Governamentais e de Empresas** exigem provas de que as matérias primas (madeira/ outros produtos de origem florestal) provêm de GFS.
- **Empresas competem com concorrentes** internacionais para produtos iguais ou semelhantes mas em condições diferentes.
- **Produzir ou usar apenas produtos reciclados é inviável**
- **Sector florestal (madeira)** alvo de campanhas nos media por parte de **ONGAs**.



Projecção PEFC políticas de aquisição públicas ...

- A certificação PEFC é reconhecida nas políticas de aquisição dos Governos **Belga, Dinamarquês, Francês, Japonês, Neozelandês, Suíço, Inglês.**
- **Parlamento UE** (Resolução de 16 Fevereiro 2006) - **considera o sistema de certificação PEFC capaz de assegurar os princípios de GFS aos consumidores**
- As políticas de aquisição públicas dos Governos **Australiano, Canadiano, Finlandês, Alemão, Dinamarquês, Espanhol e Sueco** em desenvolvimento



Guias de Compras Governamentais



Belga



Inglês



Projeção PEFC ...

- Políticas de aquisição privadas (ex. Cadeias de distribuição francesas, Antalis, Gong Verlag Publishing house, na Alemanha)
- O papel de impressão PEFC é usado para demonstrar uma escolha responsável quando **imprime circulares, catálogos, etc.** (Grupo Japanese, Isetan)
- Nos correios na Alemanha é usado **papel de escritório certificado PEFC, YES paper, REY paper**



Projeção do PEFC ...

- Avaliação positiva na **matriz comparativa e independente da CEPI Matrix** (www.forestcertification.info)
- O PEFC é usado como indicador no **index de sustentabilidade** das universidades de **Yale e Columbia**
- O estudo da Savcor Indufor Oy nos países escandinavos (Novembro 2005) revela que o **PEFC melhorou as normas de GFS** (www.nordicforestry.org).



O logotipo PEFC logo – permite comunicar sobre os princípios de sustentabilidade aos consumidores



Exemplos de produtos rotulados no mercado



Mais informações

www.pefc-portugal.cifo.pt

www.pefc.org



FLORESTAR SUSTENTABILIDADE DA FLORESTA

PARCERIA

- ADIACT
- BORGUES, LDA
- FAGROFUTURAL
- FERRERIA & SEIXAS, LDA
- FORESTIS
- PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS
- PROMOCLOUREL, CRL

Programa Financiado por:





ANEXO VIII

Apresentações (Forestis)

Sessão de Sensibilização “Certificação Florestal, Uma Oportunidade”

Promoção Florestal, 15.06.2016 em grupo

Gestão Florestal Sustentável e Certificação

Uma aposta no futuro

Jorge Cunha

FLORESTAR
SUSTENTABILIDADE DA FLORESTA
NF 2004/EQUALIDADE 191

CERTIFICAÇÃO FLORESTAL,
UMA OPORTUNIDADE.
Do 1.º de Junho de 2004 ao 31 de Maio de 2016
www.florestar.pt

Promoção Florestal, 15.06.2016 em grupo

Gestão Florestal Sustentável

O que é?

Uma Gestão Florestal Sustentável (GFS) significa promover o uso da floresta sem comprometer as suas funções económicas, sociais e ambientais.

Promoção Florestal, 15.06.2016 em grupo

Gestão Florestal Sustentável

Como?

Promovendo o aproveitamento do seu potencial produtivo e de protecção que vá de encontro com os interesses dos proprietários e da região

Promoção Florestal, 15.06.2016 em grupo

Sistema de Gestão Florestal Sustentável

Representa um conjunto de medidas e práticas que, traduzidas num plano de gestão florestal para um determinado espaço, conduzem a uma melhoria da floresta em geral.

Promoção Florestal, 15.06.2016 em grupo

Assegurando-se que na sua implementação se:

- Cumpra a legislação em vigor;
- Aplique de acordo com as Boas Práticas Florestais

Promoção Florestal, 15.06.2016 em grupo

Assegurando-se que na sua implementação se:

- Obedeça aos requisitos da NP4406 – Sistemas de Gestão Florestal Sustentável: Aplicação dos critérios pan – europeus para a gestão florestal sustentável



Certificação Florestal

- A certificação florestal é um selado através do qual os proprietários florestais podem demonstrar que a gestão prima (madeira, castiça...) tem origem em florestas geridas de forma adequada.
- Essa boa gestão significa que a atividade florestal tem em conta os aspetos sociais, ecológicos e económicos.
- Os efeitos negativos da atividade florestal, caso existam, não são irreversíveis, podendo ser corrigidos, não comprometendo no futuro as funções que a floresta desempenha.
- A utilização e a exploração da floresta não devem por em causa a situação ecológica da floresta, nem destruir os valores recreativos e culturais da mesma.
- A gestão florestal deve ser economicamente sustentável para todos os que nela intervêm.

Certificação Florestal

- O sistema tem que ser verificado por uma parte independente;
- Na sua elaboração e implementação deve ser o resultado de um processo aberto de cooperação, que inclui os proprietários florestais, a indústria, as organizações, a população e todas as outras partes interessadas;
- A informação pública do sistema deve estar acessível para todos os interessados;
- Deve introduzir, de forma gradual (melhoria contínua), melhorias ao nível da gestão florestal.

A certificação Florestal permite:

- Demonstrar perante pessoas exteriores ao sistema, a conformidade do sistema perante a política florestal definida;
- Garantir reconhecimento e credibilidade.

Preparação para o Processo

- Um grupo de proprietários que tenha interesse na certificação organiza-se
- E define um Responsável pelo grupo (GESTOR)
- As responsabilidades do Gestor, bem como dos membros do grupo são definidas e documentadas
- E assinado um documento de adesão por todos os membros do grupo, onde está definido, entre outras coisas, os direitos e os deveres dos membros

Preparação para o Processo

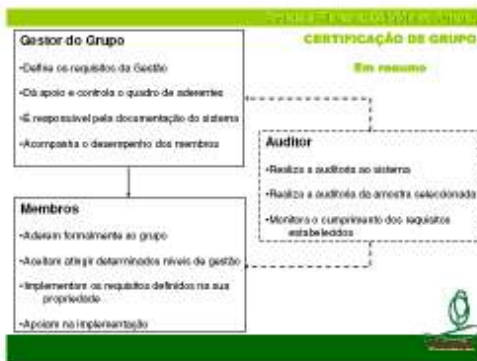
- São preparados os requisitos, definidos na NP4408, em concordância com os membros do grupo
- O responsável elabora verificações internas para garantir que as atividades de cada membro estão de acordo com os requisitos estabelecidos
- O responsável entra em contacto com a empresa externa de auditoria para as verificações externas

Certificação - Processo

- O responsável prepara a auditoria externa
- Ha uma pré-avaliação (opcional) para verificar quais são as principais não conformidades do sistema
- A avaliação é realizada para ver se a gestão do grupo está de acordo com os requisitos estabelecidos
- O relatório da auditoria é apresentado ao grupo
- Caso o resultado da auditoria for positiva, será emitido pela entidade Reguladora um certificado que atesta que a gestão florestal do grupo é realizada de acordo com os princípios do esquema seguido
- Esse certificado tem a validade de 5 anos.

Manutenção do Certificado

- A informação relativa aos membros deve ser sempre atualizada pelo Gestor
- Todas as não conformidades deverão ser corrigidas de acordo com o estabelecido
- Todas as alterações deverão ser comunicadas aos membros do grupo e deverão ser documentadas e justificadas
- Auditorias internas deverão ser implementadas para verificar se os requisitos estão a ser cumpridos



Prática Promovida DA VIT e do grupo

Uma visão global, promovendo os interesses individuais, compatibilizando com os interesses colectivos, é condição essencial para garantir uma probabilidade de sucesso, tendo em atenção um ordenamento adequado da floresta na região.



Prática Promovida DA VIT e do grupo

A certificação florestal, como um sistema que certifica a gestão florestal sustentável proporciona um conjunto de vantagens e benefícios, uma vez que:

- Promove, de uma forma geral, a conservação e a melhoria da floresta;
- Melhora a competitividade podendo dar um valor acrescentado aos produtos florestais;
- Permite estabelecer uma política florestal adequada à sua própria realidade;

Prática Promovida DA VIT e do grupo

A certificação florestal, como um sistema que certifica a gestão florestal sustentável proporciona um conjunto de vantagens e benefícios, uma vez que:

- É um processo que garante que se pratica uma gestão florestal profissional e transparente;
- Permite um acompanhamento e uma avaliação de uma forma regular, conduzindo a uma melhoria contínua do sistema, diminuindo os riscos de investimento

Prática Promovida DA VIT e do grupo



FLORESTAR
SUSTENTABILIDADE DA FLORESTA
PARCERIA

ADIACT
BIOQUEIL, LDA
FAORCHURAL
FERREIRA & SEDIAS, LDA
FORESTIS
PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÉS
PROMOLOURS, CRL

Projecto financiado por:





ANEXO IX

Relatório da Metodologia utilizada I Sessão de Trabalho com os Baldios
Sessão de Sensibilização “Certificação Florestal, Uma Oportunidade”

Relatório da Metodologia

Sessão de Trabalho com Baldios do Parque Nacional da Peneda-Gerês

3 de Março de 2007, Centro de Educação Ambiental do Videeiro

1. Metodologia

Enquadrada numa acção do projecto, pretendia-se sensibilizar os baldios do Parque Peneda-Gerês para a importância da certificação florestal. A este objectivo acrescia-se a intenção de fazer iniciar um real processo de certificação em grupo.

Na reunião de preparação de 13 de Fevereiro, previu-se, após a realização da sessão de sensibilização, de um workshop com recurso a uma “metodologia participativa”, dinamizado por um “facilitador” com as funções de animar a participação, mediar a discussão e conduzir o processo metodológico, mobilizando as técnicas necessárias. O “passo-a-passo” previa uma estratégia inicial “dos problemas para as soluções”:

- 1º passo: levantamento dos problemas aos quais a certificação respondia e das vantagens decorrentes de uma floresta certificada;
- 2º passo: discussão da possibilidade de implementação conjunta do processo e consensualização da decisão;
- 3º passo: no caso de confirmada a vontade de certificar, agendar um conjunto de actividades, nomeadamente uma possível reunião com os responsáveis do Parque para explorar as possibilidades deste apoiar técnica e financeiramente o processo.

Na preparação foi dado um destaque ao conjunto de relações presentes entre os convidados, ao posicionamento tácito de uns em relação aos outros.

Na altura decidiu-se pela presença de um técnico com conhecimentos na área da certificação florestal, com funções de perito, de forma a assegurar o esclarecimento de qualquer dúvida, mantendo-se o “facilitador” mais centrado sobre o “processo”, não sobre o “conteúdo”.

No dia 3 de Março, o desenrolar da acção de esclarecimento da parte da manhã, antecipou um conjunto de acontecimentos previstos para o workshop. O “passo-a-passo” inicial estava, face aos acontecimentos, desactualizado. Os oradores foram avançando algumas ideias: a certificação florestal seria um processo interessante; e os baldios deveriam ser “pioneiros”. Ao



qual, alguns representantes dos baldios foram manifestando interesse. Deste modo, o “passo-a-passo” previsto tinha que ser contextualizado face ao novo ambiente.

No início do workshop um conjunto de dados eram evidentes: o grupo seria superior a 18 participantes; na parte da manhã, durante a sessão de esclarecimento, já fora avançada formalmente aos baldios a proposta para aderirem à certificação florestal; a hora de início estava 1 hora atrasada; e no geral, o grupo não deveria estar muito predisposto para “mais uma sessão” expositiva.

Assim, foi acordado com a equipa do projecto, de que especialmente, na disposição das cadeiras na sessão, se iria dar a “primeira linha” ao “grupo-alvo”. Para tal, era necessário organizar a disposição da sala. Mas o facto das cadeiras estarem alinhadas num modelo de “sala de aulas”, foi aproveitado para estabelecer um exercício de “quebra-gelo”: após os intervenientes se sentarem, foi proposto que todos se levantassem e que todos colaborassem na distribuição das cadeiras em “u” voltadas para uma parede lateral.

Reuniões que demoram muito tempo e que não estipulam acções concretas são duas das recorrentes acusações que o “facilitador” deve antecipar: também não está ali para perder tempo; e se na parte da manhã já se esclareceu, agora interessaria “ir para a prática”, “ver então o que há a fazer.” Deste modo, estabeleceu-se um tempo – “até às 16h30” -, e iniciou-se imediatamente por perguntar formalmente a cada um dos representantes dos baldios presentes quem estava e não estava interessado.

A dinâmica foi desenvolvendo-se utilizando técnicas de “visualização” e de “mediação”, prosseguindo-se com a elaboração de propostas de acções concretas a serem desenvolvidas.

No final, procurou-se sintetizar simultaneamente uma ideia do dia de trabalho e um propósito para os próximos tempos, propondo-se uma visão ambiciosa: de certificar a floresta do Parque Peneda-Gerês até meados de 2008.

2. Avaliação

O objectivo central do workshop foi atingido: muito embora vários tenham participado na parte da manhã e (como previsto) não tenham participado à tarde, todos os representantes dos baldios presentes manifestaram-se interessados em avançar e participar num projecto de certificação florestal em grupo.

Todos os grupos presentes no workshop participaram, manifestando opiniões, interesses e ideias – creio ter-se atingido um clima de envolvimento participativo de todos os presentes (A título de exemplo: a proposta aceite de comparticipação dos baldios do processo de certificação foi um ponto interessantíssimo).



Falta agora um trabalho mais técnico, completar e aprofundar o cronograma de actividades iniciado: com a identificação do responsável por cada actividade; o respectivo prazo; e os resultados esperados.

Um dos pontos mais sensíveis das metodologias de planeamento, e neste caso, numa situação de planeamento participado, prende-se com o dispositivo e processos de acompanhamento. Tal como parte do sucesso de uma reunião advém da sua preparação, assim também é necessário manter um constante “comité de acompanhamento”, sem existência formal, que vai construindo cenários, antecipando passos, “fazendo” os acontecimentos “acontecer”. A proposta para o início de um processo de implementação de certificação florestal, desenrola-se num campo de relações de poder, competição e cooperação. E será sobre este campo, que o “comité de acompanhamento” deverá manter a atenção.

Sugiro a manutenção desde já de uma constante comunicação com os diferentes parceiros: dando conta e demonstrando resultados; junto deles re-planeando novos passos, estipulando os resultados previstos, as datas e os responsáveis. Um dos erros frequentes dos métodos participativos está em após o “happening” não se manter o sentimento de partilha e projecto com fluxos de informação, contactos regulares e novos encontros, deixando-se passar muito tempo até nova iniciativa. O grupo dos “baldios” é “descrente”, como muitos outros grupos portugueses, “de que se irá fazer alguma coisa”. O que exige mais atenção e dedicação. Se este processo falhar, aumentará a descrença. E outros, posteriormente, terão mais dificuldade em envolver estes proprietários. Se o processo progredir, outras oportunidades de desenvolvimento irão certamente surgir.

Finalmente, anotei três forças evidentes presentes no workshop: a) os representantes dos baldios; b) as associações dos baldios; e c) os responsáveis do Parque. Creio que inicialmente não estava bem evidente a participação das “associações dos baldios”, no processo de certificação, mas são uma força evidente. Pareceu-me que os “representantes dos baldios” reconhecem o papel das associações, mas prezam muito ser envolvidos directamente. Contudo, as “associações” se não se sentirem envolvidas e protagonistas parece terem força suficiente para obstaculizarem o processo colocando “do lado deles” os representantes dos baldios. Nesta relação “parque-associaçõesbaldios” acresce a participação suplementar dos “grupo dos técnicos do projecto” e do “grupo da entidade certificadora”. Com a identificação (com critérios a eleger) da “pessoa/entidade gestora da implementação da certificação”, convém aprofundar um modelo de organização e funcionamento deste novo projecto “2008: Peneda-Gerês Certificada”.

Francisco Jorge Vieira de Freitas



ANEXO X

Cartaz

Reunião de Trabalho com os Baldios do PNPG
Sessão de Sensibilização "Certificação Florestal, Uma Oportunidade"

CERTIFICAÇÃO FLORESTAL
REUNIÃO DE TRABALHO
24 de Março de 2007

Florestar é um projecto co-financiado por:

Forest | **Equal** |

PROJECTO FLORESTAR | Nova Quinta do Telhado, Bloco II, Loja 1 - 5400-180 Chaves
Tel: 276 301 700 | Fax: 276 301 709 | e-mail: florestar@mail.telepac.pt



ANEXO XI

Documentação fornecida e/ou enviada aos representantes dos Baldios do PNPG

II Reunião de Trabalho com os Baldios no PNPG





O que é a Certificação Florestal?

É uma forma de demonstrar que numa área florestal são desenvolvidas boas práticas florestais.



Quais os benefícios da Certificação Florestal para os produtores florestais?

- Participar num sistema onde são aconselhadas boas práticas de gestão florestal que não contribui para a melhoria da rentabilidade da exploração florestal e simultaneamente, dos aspectos sociais e ambientais locais;
- Permite acesso a mercados com exigências cada vez maiores, pela diferenciação positiva de matéria-prima com origem em áreas sob gestão florestal sustentável activa;
- Obter vantagens competitivas face a outros produtos florestais semelhantes mas não certificados;
- Contribuir para melhorar a imagem da floresta, dos proprietários florestais e da actividade florestal no seu conjunto;
- Contribuir para a competitividade e afirmação das empresas de base florestal, assegurando a qualificação da mão-de-obra no início da cadeia de responsabilidade;
- Permite demonstrar a terceiros o compromisso com a gestão florestal afirmando uma atitude responsável perante a sociedade em geral;
- Ter acesso, a médio longo prazo, a subsídios mais atractivos do que se seriam possíveis sem um certificado de gestão florestal.



(in www.pefc.pt)

O que é a Certificação Florestal de Grupo?

Consiste na certificação florestal de um conjunto de áreas florestais que são representadas por uma entidade promotora. A certificação conjunta destas áreas permite aos seus proprietários florestais reduzir os custos, pois as despesas associadas à implementação e manutenção do Sistema de Gestão Florestal Sustentável são repartidas por todos os membros.



Página 2

Quais os passos para a Certificação Florestal de Grupo?

1. Um conjunto de proprietários florestais interessados em certificar a sua área florestal agrupa-se e organiza-se;
2. É escolhido o responsável/promotor PEFC da Unidade de Gestão Florestal;
3. É assinado um documento de adesão formal dos membros ao grupo onde são definidos os direitos e os deveres de cada um;
4. Os membros do grupo devem preparar todos os requisitos definidos pelas Normas Portuguesas 4406/2005 (Sistemas de Gestão Florestal Sustentável—aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável), como por exemplo, a Política Florestal do Grupo, o Plano de Gestão Florestal do Grupo, entre outros;
5. O Responsável pela Unidade de Gestão Florestal realiza as auditorias internas de forma a garantir que está tudo conforme o exigido pela Norma Portuguesa;
6. O Responsável pela Unidade de Gestão Florestal contacta a empresa certificadora para solicitar a certificação;
7. A entidade certificadora solicita toda a documentação necessária;
8. Realiza-se a auditoria;
9. A empresa certificadora apresenta o relatório da auditoria aos membros do grupo;
10. a) Se o resultado de auditoria for positivo é emitido o certificado de Gestão Florestal Sustentável;
b) Se o resultado da auditoria for negativo devem ser feitas as correcções das irregularidades verificadas e pedida uma auditoria extraordinária;
11. O Certificado é válido durante 5 anos;
12. De 2 em 2 anos serão realizadas auditorias de revisão de forma a comprovar-se o cumprimento dos objectivos assumidos para a Unidade de Gestão Florestal.



Página 3

Projecto de Norma Portuguesa

prNP 4406
2005

Sistemas de Gestão Florestal Sustentável Aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável

Systèmes de Gestion Durable des Forêts
Application des critères paneuropéens pour la gestion durable des forêts

Sustainable Forest Management Systems
Application of the pan-european criteria for sustainable forest management

ICS
05.020.99

DESCRIPTORIOS
Florestas: sistemas de garantia da qualidade; política de gestão; planeamento; registo de documentação; conservação de documentos; auditoria de qualidade; formação profissional; verificação; bibliografia; definições

CORRESPONDÊNCIA

APROVAÇÃO
2005-04-19
Resultado da revisão da NP 4406:2003

INQUÉRITO PÚBLICO
Este projecto de Norma está sujeito a inquérito público durante o prazo de 60 dias contados a partir da publicação do Instituto Português de Qualidade "Lista Mensal Projectos de Normas". Eventuais críticas ou sugestões devem ser enviadas ao Instituto Português de Qualidade, Serviço de Normalização

ELABORAÇÃO
CT145 (DURE)

EDIÇÃO
Abril de 2005

CÓDIGO DE PREÇO
N013

© IPQ reserva todos os direitos

Instituto Português da Qualidade

Rua Alexandre Gusmão, 2
PT-2005-515 ESPERANÇA PORTUGAL
Tel. (+351) 21 294 01 00 Fax (+351) 21 294 01 00
E-mail: ipq@ipq.pt
URL: www.ipq.pt

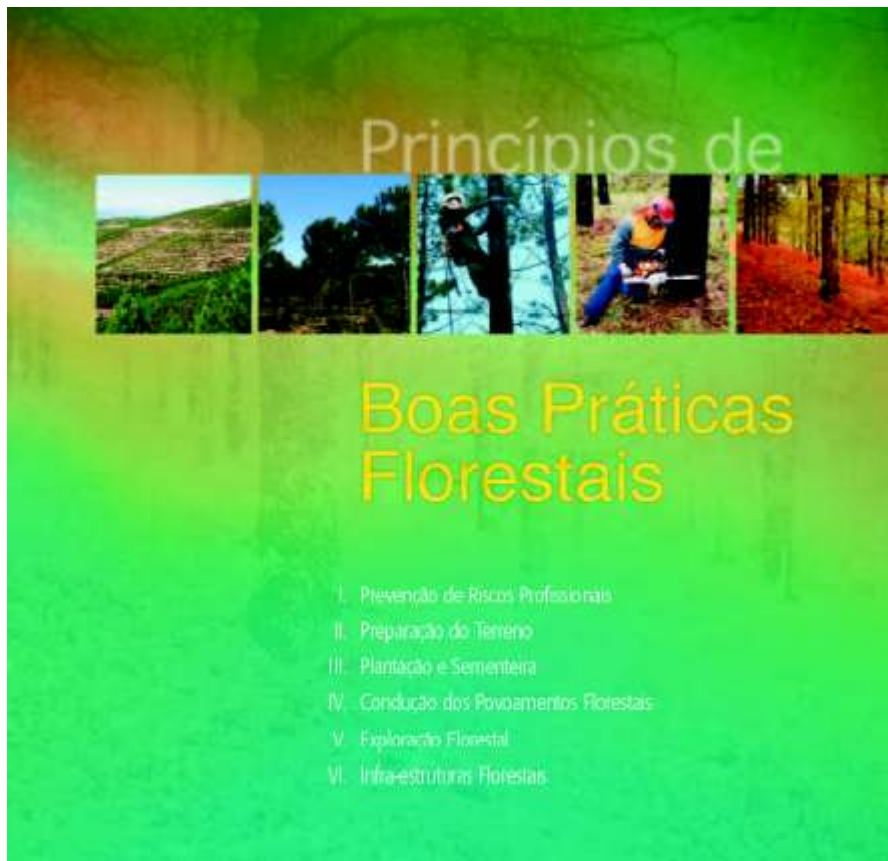


Código de Boas Práticas para uma Gestão Florestal Sustentável

Documento complementar de:

Norma Portuguesa (NP 4406 / 2003)
Sistema de Gestão Florestal Sustentável
Aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável

CBP-GFS
2004





ANEXO XII

Apresentações II Reunião de Trabalho com os Baldios do PNPG



PASSO 1
Um conjunto de proprietários florestais interessados em certificar a sua área florestal agrupa-se e organiza-se;

PASSO 2
É escolhido o responsável/promotor PEFC da Unidade de Gestão Florestal;

PASSO 3
É assinado um documento de adesão formal dos membros ao grupo onde são definidos os direitos e os deveres de cada um;

PASSO 4
Os membros do grupo devem preparar todos os requisitos definidos pelas Norma Portuguesa 4406/2005 (Sistemas de Gestão Florestal Sustentável—aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável), como por exemplo, a Política Florestal do Grupo, o Plano de Gestão Florestal do Grupo; entre outros.

PASSO 5
O Responsável pela Unidade de Gestão Florestal contacta a empresa certificadora para solicitar a certificação;

PASSO 6
A entidade certificadora solicita toda a documentação necessária;

PASSO 7
Realiza-se a auditoria.

PASSO 8
A empresa certificadora apresenta o relatório da auditoria aos membros do grupo;

PASSO 9
a) Se o resultado da auditoria for positivo é emitido o certificado de Gestão Florestal Sustentável;
b) Se o resultado da auditoria for negativo devem ser feitas as correções das irregularidades verificadas e pedida uma auditoria extraordinária;

PASSO 10
O Certificado é válido durante 5 anos;

PASSO 12
De 2 em 2 anos serão realizadas auditorias de revisão de forma a comprovar-se o cumprimento dos objectivos assumidos para a Unidade de Gestão Florestal



Esquema do processo de Certificação PEFC

PARCERIA

ADIACT
BOSQUE, LDA
FAGROBURAL
FERREIRA & SEIXAS, LDA
FORESTIS
PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÉS
PROMOULOIRES, CEL

Projeto financiado por:

CUSTOS

CERTIFICAÇÃO EM GRUPO



Nota: Dados fornecidos pelo PEFC-Portugal



CENÁRIO 1

ÁREA DE CERTIFICAÇÃO = 25.000 HA

- Abertura do processo = 800 €
- Auditoria interna = 2.000 €
- Auditoria de concessão + consulta às partes interessadas + resumo técnico (0,5 dias) = O valor pode variar entre os 820 € e os 870 €/dia = 8.265€
- Uso da marca logótipo = 825 €

Total: 11.490€

Valor (ha) = 0,46€

exemplo

- Baldio da Gaveira: 3.554,6 ha = 1.636,11€
- Baldio do Faltico: 1.478,6 ha = 680,15€
- Baldio da Ermida (N. Valga): 1.388,0 ha = 638,9€
- Baldio da Erilado: 751,4 ha = 345,84€
- Baldio de Lamas do Mour: 885 ha = 407,56€

CENÁRIO 2

ÁREA DE CERTIFICAÇÃO = 40.000 HA

- Abertura do processo = 800 €
- Auditoria interna = 2.000 €
- Auditoria de concessão + consulta às partes interessadas + resumo técnico (15 dias) = O valor pode variar entre os 820 € e os 870 €/dia. = 13.050€
- Uso da marca logótipo = 1.250 €

Total: 16.900€

Valor (ha) = 0,42€

exemplo

- Baldio da Gaveira: 3.554,6 ha = 1.402,99€
- Baldio do Faltico: 1.478,6 ha = 621,01€
- Baldio da Ermida (N. Valga): 1.388,0 ha = 583,34€
- Baldio da Erilado: 751,4 ha = 315,59€
- Baldio de Lamas do Mour: 885 ha = 372,12€

CENÁRIO 3

ÁREA DE CERTIFICAÇÃO = 70.000 HA

- Abertura do processo = 800 €
- Auditoria interna = 2.000 €
- Auditoria de concessão + consulta às partes interessadas + resumo técnico (22 dias) = O valor pode variar entre os 820 € e os 870 €/dia. = 19.140€
- Uso da marca logótipo = 1.750 €

Total: 24.090€

Valor (ha) = 0,34€

exemplo

- Baldio da Gaveira: 3.554,6 ha = 1.208,56€
- Baldio do Faltico: 1.478,6 ha = 560,72€
- Baldio da Ermida (N. Valga): 1.388,0 ha = 472,22€
- Baldio da Erilado: 751,4 ha = 243,23€
- Baldio de Lamas do Mour: 885 ha = 301,24€

ATENÇÃO

- Estes valores não incluem os trabalhos de recolha e validação da informação de base (ex: avaliação de indicadores, etc)
- Estes valores não incluem os trabalhos de construção do Sistema de Gestão Florestal Sustentável (ex.: Elaboração do Plano de Gestão Florestal para a área a certificar, elaboração de procedimentos, levantamento das necessidades de formação, etc.
- Estes valores não incluem o valor referente a uma nova auditoria caso seja detetada alguma não conformidade na auditoria de concessão.
- Estes valores não incluem o financiamento de nenhuma ação dos Planos de Gestão Florestal de cada membro.

PARCERIA

ADIACT
BOSQUE, LDA
FAGROBURAL
FERREIRA & SEIXAS, LDA
FORESTIS
PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÉS
PROMOULOIRES, CEL

Projeto financiado por:



ANEXO XIII

Relatório da Metodologia utilizada II Sessão de Trabalho Com os Baldios

Relatório da Metodologia

Sessão de Trabalho com Baldios do Parque Nacional da Peneda-Gerês

24 de Março de 2007

Centro Social e Paroquial do Soajo

1. Metodologia

Na reunião de preparação de 19 de Março, estabeleceu-se o seguinte programa e sequência da sessão:

- a) Esclarecimento breve sobre o projecto Florestar;
- b) Apresentação de um powerpoint sobre a Certificação Florestal;
- c) Discussão de grupo sobre a operacionalização da implementação.

Previstos para a sessão, cerca de 15 representantes dos baldios, 2 representantes do PNPG, 1 representante do Projecto Florestar e 1 Perito em Certificação Florestal

A sala estará preparada para projecção, e com um quadro de papel.

Até à altura ainda não tinham sido contactados todos os baldios.

Os baldios de Montalegre teriam mais dificuldades em comparecer, mesmo porque os seus baldios têm pouca área florestal.

No início da sessão o Sérgio esclareceria brevemente o Projecto Florestar, evitando as representações comuns associadas a projectos, com financiamentos, etc. Este esclarecimento, entende-se necessário porque se considerou que na primeira sessão as pessoas ficaram confusas sobre “de onde” vem a iniciativa: do PNPG?, do Estado?

Para as informações sobre o processo de Certificação pretende-se responder aos pedidos de mais esclarecimentos solicitados na última sessão e preparar os representantes dos baldios para as reuniões com as Assembleias de Baldios.

No terceiro momento, prevê-se recompor o planeamento que estava a ser formulado na última sessão exactamente no ponto onde ficou, completando os diversos itens, nomeadamente:

- fazer um exercício de levantamento das questões e dúvidas mais frequentes;
- estabelecer as respostas;



- simular a operacionalização da implementação com a identificação das responsabilidades;
- novamente, identificar quem está interessado – pré-compromisso;
- marcar e preparar a reunião de contratualização e operacionalização – onde deverá ser apresentada uma proposta de acordo e assinada.

Um ponto central, prende-se com o necessário esclarecimento do nível de comparticipação do PNPG: se 40% se cerca de 50%.

Maioritariamente presente face a um conjunto de representantes dos baldios que não haviam estado presentes na sessão de 3 de Março nas Caldas do Gerês, tinha-se a percepção de ser necessário repetir o mesmo percurso de mobilização.

Por sugestão do Sérgio, optou-se por - após cumprido o esclarecimento sobre o projecto “Florestar” e sobre “O Que é a Certificação Florestal”- iniciar a fase de debate pela voz daquelas que haviam estado no encontro nas Caldas do Gerês: quais as principais conclusões que retiraram?

Para terem a percepção do grau de adesão à proposta de Certificação Florestal em grupo refiz a lista dos baldios que haviam demonstrado interesse.

Seguidamente, foi-se levantando e respondendo às principais dúvidas relativas ao processo de certificação.

Para operacionalizar o processo, propôs-se ao grupo que se simulasse os diversos passos:

- a) Assembleias dos Baldios (até final do mês);
- b) Reunião com os baldios interessados (final do mês de Abril).

Estes pontos foram sendo completados, a partir das respostas dos próprios participantes.

Antes de terminar, registaram-se de forma participada as principais questões que os “compertes” levantariam acerca do processo de certificação florestal.

Neste sentido, e para casos de necessidade, o projecto estará disponível em ceder mais informação – cópias do powerpoint/desdobrável; e mesmo participar nas assembleias se necessário. Nesta função, as associações de baldios demonstraram-se também disponíveis, bem como de recolher a resposta sobre a adesão ou não ao processo.

Na sessão manteve-se uma metodologia de facilitação, assente nos seguintes pontos:

- a) Visualização dos resultados: focar o grupo naquilo que se vai discutindo, registando todas as ideias;



- b) Facilitação da discussão: dirigir a dinâmica a partir de questões abertas, estimulando a participação e criatividade do grupo, respeitando-o e valorizando os seus conhecimentos; ter uma postura neutral; ouvir o que as pessoas têm a dizer; parafrasear e sintetizar o que as pessoas têm a dizer; cumprir a agenda de trabalho; dar e receber feedback.
- c) Envolvimento de todos os presentes (população-alvo, técnicos do projecto, perito, representantes associativos e outros stakeholders) como um “focusgroup”;
- d) Manutenção de um método participativo, dando “empowerment” aos presentes: são eles que decidem;
- e) Estabelecimento de uma comunicação objectiva, o mais simples possível, o mais próxima possível dos receptores.

2. Avaliação

Tal como na primeira sessão considero que a metodologia da sessão correspondeu duplamente ao pretendido.

Primeiro, correspondeu ao objectivo inerente de “PROPOR” aos baldios a adesão a uma nova iniciativa, devendo esta proposta surgir o máximo possível neutral (não se querendo que declaradamente correspondesse ao interesse manifesto pelo projecto “Florestar”) e suscitar simultaneamente uma livre adesão dos interessados.

Segundo, correspondeu aos principais princípios Equal, nomeadamente:

- a) “Empowerment”: a decisão estava nas mãos dos próprios participantes;
- b) Inovação: a metodologia tentou corresponder a uma forma inovadora de dinamização e condução da reunião;
- c) Trabalho em Parceria: a proposta operativa centrava-se na adesão a um processo de “certificação em grupo”.
- d) Envolvimento dos trabalhadores e respectivas organizações: embora na sessão estivessem presentes os representantes dos “compartes”, os próprios estavam vinculados a medidas de auscultação e de decisão conjunta (as “assembleias”).

Creio que falta prever, no modelo de operacionalização da certificação em grupo, o lugar e papel das Associações de Baldios, e outros patamares de representação dos Baldios. Eles são manifestadamente um “stakeholder”, ou seja uma “parte interessada” no processo.

Se no início se receava sobre os resultados no desfecho da sessão, as decisões finais foram de encontro às decisões colectivas já tomadas na sessão das Caldas do Gerês.

Francisco Jorge Vieira de Freitas



ANEXO XIV

Informação enviada aos Baldios para esclarecimento da Assembleia de Compartes

Parque Nacional Da Peneda-Gerês

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL (DE GRUPO)

1. O que é a Certificação Florestal?

A certificação florestal é um instrumento que contribui para a boa gestão da área florestal. É uma forma de demonstrar que numa área florestal são desenvolvidas boas práticas florestais.

2. Quais os benefícios da certificação florestal para os produtores florestais?

- Fazer parte de um grupo onde são aconselhados a desenvolver boas práticas florestais que irão contribuir para a melhoria da rendibilidade da exploração florestal e simultaneamente dos aspectos sociais e ambientais locais
- Obter vantagens competitivas face a outros produtos florestais semelhantes mas não certificados;
- Ter acesso a mercados e clientes que privilegiem a certificação florestal possibilitando um preço diferenciado e um maior escoamento dos produtos florestais;
- Contribuir para melhorar a imagem da floresta, dos proprietários florestais e da actividade florestal no seu conjunto;
- Contribuir para a competitividade e afirmação das empresas de base florestal, assegurando a qualificação da matéria-prima no início da cadeia de responsabilidade;
- Ter acesso, a médio e longo prazo, a apoios financeiros mais atractivos do que os que seriam possíveis sem um certificado de gestão florestal.
- Ter acesso a seguros florestais a preços mais vantajosos.

3. A certificação florestal é obrigatória?

Não. A certificação florestal é um acto e um processo voluntário. A opção de certificar uma área florestal, nomeadamente uma área de baldio, deve partir de uma vontade comum e participada de toda a comunidade que utiliza este espaço.

4. A certificação florestal só certifica a madeira?

Não. A certificação é da gestão sustentável da floresta, e como consequência, qualquer produto que provenha desta tem uma origem sustentável. Produtos como o mel, os cogumelos, os frutos silvestres, plantas aromáticas e medicinais ou animais que usem este território, são produtos que provêm de uma área gerida de forma sustentável.

5. Todas as espécies florestais são valorizadas na certificação florestal?

Na certificação florestal é avaliada a boa gestão florestal, ou seja, a aplicação das boas práticas florestais. Estas dizem-nos que devemos utilizar espécies autóctones (ex. carvalhos, castanheiro, bétula, freixo, entre outros,) pois estão mais adaptadas às condições edafo-climáticas do território, sendo mais resistentes a pragas, doenças e a



Parque Nacional Da Peneda-Gerês

períodos longos de estio e chuvas intensas em comparação com outras espécies introduzidas.

6. Para certificar uma área florestal é necessário alterar as práticas tradicionais?

Não. Qualquer actividade ou prática tradicional que seja desenvolvida legalmente na área de baldio não será alterada. Espera-se que a certificação florestal contribua para recuperar, manter e promover as práticas tradicionais de manejo florestal que desde sempre se desenvolveram nestes territórios comunitários.

7. Ao certificar-se uma área florestal, a sua entidade gestora e os seus utilizadores perdem os direitos sobre ela?

Não. Todos os direitos e deveres se mantêm.

8. Para certificar uma área florestal é necessário que ela esteja toda limpa?

Não. O que se pretende com a certificação da gestão sustentável da floresta é uma melhoria contínua.

9. Existem muitos baldios certificados em Portugal?

Não. Actualmente em Portugal são poucas as áreas florestais que se encontram certificadas. Apenas áreas florestais pertencentes a grandes empresas, nomeadamente do Grupo Portucel ou do Grupo Amorim, é que se encontram certificadas, sendo a madeira que produzem para consumo próprio. A certificação de grupo dos baldios do PNPG, caso venha a concretizar-se, será uma iniciativa pioneira em Portugal.

10. O que é a certificação de grupo?

Consiste na certificação florestal de um conjunto de áreas florestais que são representadas por uma entidade promotora. A certificação conjunta destas áreas permite aos seus proprietários florestais reduzir os custos, pois as despesas associadas à implementação e manutenção do Sistema de Gestão Florestal Sustentável são repartidas por todos os membros.

11. Quais os passos a seguir para a certificação de grupo?

1. Um conjunto de proprietários florestais interessados em certificar a sua área florestal agrupa-se e organiza-se;
2. É escolhido o responsável/promotor PEFC da Unidade de Gestão Florestal;
3. É assinado um documento de adesão formal dos membros ao grupo onde são definidos os direitos e os deveres de cada um;
4. Os membros do grupo devem preparar todos os requisitos definidos pela Norma Portuguesa 4406/2005 (Sistemas de Gestão Florestal Sustentável - aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável), como por exemplo, a Política Florestal do Grupo, o Plano de Gestão Florestal do Grupo; entre outros.
5. O Responsável pela Unidade de Gestão realiza as auditorias internas de forma a garantir que está tudo conforme o exigido pela Norma Portuguesa;

Algumas Questões Sobre Certificação Florestal (de Grupo) 2



Parque Nacional Da Peneda-Gerês

6. O Responsável pela Unidade de Gestão Florestal contacta a empresa certificadora para solicitar a certificação;
7. A entidade certificadora solicita toda a documentação necessária;
8. Realiza-se a auditoria;
9. A empresa certificadora apresenta o relatório da auditoria aos membros do grupo;
10. a) Se o resultado da auditoria for positivo é emitido o certificado de Gestão Florestal Sustentável;
- b) Se o resultado da auditoria for negativo devem ser feitas as correcções das irregularidades verificadas e pedida uma auditoria extraordinária;
11. O Certificado é válido durante 5 anos;
12. De 2 em 2 anos serão realizadas auditorias de revisão de forma a comprovar-se o cumprimento dos objectivos assumidos para a Unidade de Gestão Florestal.

12. O que é o Responsável pela Unidade de Gestão Florestal/Entidade Promotora PEFC do Grupo?

Numa certificação de grupo deve existir obrigatoriamente uma Entidade Responsável pela Unidade de Gestão Florestal (conjunto de áreas florestais a certificar ou certificadas) / Entidade Promotora PEFC do Grupo que pode ser uma entidade individual ou colectiva, pública ou privada nomeada pelo grupo.

13. O Parque Nacional da Peneda-Gerês deve ser obrigatoriamente o Responsável pela Unidade de Gestão Florestal Sustentável?

Não. A escolha do responsável pela Unidade de Gestão Florestal/Promotor PEFC é uma decisão que cabe ao grupo. A entidade que assumirá este cargo poderá ser qualquer um dos membros que faça parte do grupo desde que tenha capacidade para assumir as responsabilidades e funções que estão inerentes a este cargo.

14. Quais são as obrigações do responsável pela unidade de gestão florestal?

As obrigações do Responsável pela Unidade de Gestão Florestal/Promotor PEFC são:

- Solicitar o reconhecimento ao Conselho da Fileira Florestal Portuguesa (CFFP) comprovando conformidade do sistema de gestão florestal com os requisitos do PEFC Portugal (Ver Norma Portuguesa 4406/2005 – Sistemas de Gestão Florestal Sustentável) mediante a apresentação de um certificado emitido por uma entidade certificadora registado no CFFP;
- Manter e zelar pela manutenção do certificado do grupo, responsabilizando-se pela sua salvaguarda e garantindo conformidade com o sistema de gestão florestal sustentável estabelecido para o grupo;
- Estabelecer um procedimento para o controlo de cada elemento do grupo, incluindo o registo das superfícies florestais e dos elementos do grupo incluídos no certificado, identificando o proprietário, o gestor e a superfície;
- Disponibilizar, aos elementos do grupo que o solicitem, um documento comprovativo da inclusão das suas propriedades no certificado grupo (declaração PEFC Portugal). No documento deverá estar indicado o número do certificado, período de validade e informação relativa à entidade promotora da gestão florestal sustentável do grupo assim como da entidade certificadora que emitiu o certificado;



Parque Nacional Da Peneda-Gerês

- Disponibilizar, um documento comprovativo da origem dos produtos florestais resultantes da exploração das superfícies objecto de certificação;
- Estabelecer procedimentos para o controlo de declarações (PEFC Portugal e/ou outros documentos relacionados) emitidas pela entidade promotora.
- Estabelecer um procedimento para informar e manter actualizados os elementos do grupo dos seus direitos e deveres e das sanções que lhe podem ser imputáveis;
- Estabelecer procedimentos para a inclusão e exclusão de elementos do grupo, ou sobre alterações ao planeamento previsto informando a entidade certificadora que emitiu o certificado sobre a inclusão e/ou exclusão dos mesmos;
- Disponibilizar-se para responder a questões de ordem técnica relacionada com a implementação do sistema de gestão florestal sustentável do grupo e à produção de documentação técnica de suporte no processo de auditoria;

Além destas obrigações, o responsável da Unidade de Gestão Florestal durante a preparação para a Certificação Florestal tem as seguintes obrigações:

- Elaboração de um documento onde seja apresentada a política florestal do grupo (demonstrando o compromisso de: cumprimento da legislação portuguesa em vigor, cumprimento dos critérios pan-europeus¹; melhoria contínua; disponibilidade para receber e responder a questões colocadas pelas partes interessadas).
- Elaboração de um documento onde esteja patente a:
 - Caracterização da unidade de gestão florestal, incluindo a delimitação da área, ocupação do solo e actividades exercidas;
 - Caracterização dos aspectos sociais, ambientais e de mercado, relevantes para a unidade de gestão florestal;
 - Primeira avaliação dos 22 indicadores aplicáveis à unidade de gestão florestal (volume total dos povoamentos, estrutura, armazenamento de carbono, perigo de incêndio, densidade da rede viária e divisional, densidade de pontos de água, desfoliação, deficiências nutricionais; pragas e doenças, produção florestal principal, produtividade da produção florestal principal, outras produções, diversidade vegetal e arbustiva em sob-coberto, comunidades de espécies vegetais ou seminaturais relevantes; árvores longevas e cavemosas, evidência de erosão; qualidade da água, investimento florestal e custos de exploração, receitas, volume e qualificação do emprego, acidentes de trabalho e conservação de locais de valor cultural.
- Definir um procedimento para manter os membros sempre actualizados a nível de legislação aplicável à gestão florestal;
- Elaboração de um documento com os objectivos para a Unidade de Gestão Florestal (UGF) que sejam coerentes com a respectiva Política Florestal;
- Elaboração de um Plano de Gestão Florestal para toda a área a certificar que deve ser implementado de forma atingir-se os objectivos definidos para a UGF. Este plano deve, pelo menos, incluir:
 - Descrição da UGF, de acordo com a informação de base, à data de elaboração do Plano de Gestão Florestal;
 - Objectivos;
 - Sequência prevista de intervenções e respectivas responsabilidades.

¹Manutenção e aumento apropriado dos recursos florestais e o seu contributo para os ciclos globais do carbono, manutenção da saúde e vitalidade dos ecossistemas florestais, manutenção e fomento das funções produtivas das florestas (lenhosas e não-lenhosas), manutenção e conservação e fomento apropriado da diversidade biológica nos ecossistemas florestais; manutenção de outras funções e condições socio-económicas)



Parque Nacional Da Peneda-Gerês

- Elaboração do Referencial Técnico para o Grupo (documento que enquadra tecnicamente a gestão florestal e que se deve adequar aos Planos de Gestão no grupo, de acordo com os sistemas de produção florestal e com a natureza dos intervenientes);
- Levantamento e elaboração de um documento com as necessidades formativas e assegurar que todo o pessoal, cujas actividades tenham impacto na UGF, possua ou receba formação adequada;
- Elaboração de um documento com as funções, responsabilidades e autoridades dos cargos técnicos e de direcção respeitantes a todos os que compõem o Sistema;
- Elaboração de um documento com o procedimento para receber, documentar e responder às questões colocadas pelas partes interessadas;
- Elaboração de um documento com o procedimento para controlo dos documentos previstos na norma assegurando que: sejam legíveis, datados e facilmente localizados e consultados; sejam revistos periodicamente e aprovados pelo(s) responsáveis designados internamente; tenham edições actualizadas, sendo os documentos obsoletos prontamente removidos em locais próprios por período a definir;
- Elaboração de um documento que defina os critérios de execução das operações previstas no Plano de Gestão Florestal (reportar para as Boas Práticas Florestais);
- Elaboração de um documento com o procedimento para acompanhamento e avaliação do cumprimento do Plano de Gestão Florestal;
- Elaboração de um documento que defina a responsabilidade e autoridade quanto a: Detecção e análise de não conformidades reais e não potenciais; Início e conclusão das acções correctivas e acções preventivas correspondentes;
- Elaboração de um documento que defina procedimentos para a identificação, manutenção e eliminação de registos do Sistema de Gestão Florestal (devem ser anotados os registos de formação, os resultados das auditorias e revisões do sistema, os registos de não conformidades, acções correctivas e acções preventivas, os resultados de acções de acompanhamento e medição para controlo dos 22 indicadores e os registos de comunicação com as partes interessadas);
- Realização de auditorias periódicas com o objectivo de verificar se o plano de gestão florestal está a ser cumprido conforme o planeado e disponibilização dos resultados destas auditorias;
- Quando necessário o sistema de gestão de Gestão Florestal deve ser revisto periodicamente (previamente definido) de forma a assegurar a sua adequabilidade e eficácia.
- Organização de reuniões com todos os membros para aprovação de todos os documentos elaborados.

15. Quais são os direitos e deveres de cada membro na certificação florestal de grupo?

Cada membro na certificação de grupo tem os seguintes:

Direitos:

- Nomear a entidade o Responsável pela Unidade de Gestão Florestal/Entidade Promotora PEFC do grupo;
- Receber informação do Responsável pela Unidade de Gestão Florestal/Entidade Promotora PEFC do grupo sobre o processo de certificação;
- Obter um documento comprovativo do Responsável pela Unidade de Gestão Florestal/Entidade Promotora PEFC do grupo, garantindo a confirmação de participação na certificação de grupo e do seu comprometimento no processo de certificação;



Parque Nacional Da Peneda-Gerês

- Colocar ao Conselho Consultivo (entidade independente responsável pela correcta implementação da Certificação Florestal em território português), sempre que necessário, questões, problemas ou reclamações relacionadas com o processo de certificação do grupo e do funcionamento do sistema;
- Obter um documento comprovativo da Entidade Promotora PEFC do Grupo, garantindo que os produtos provenientes da exploração têm origem nas superfícies florestais que integram o certificado de grupo.

Deveres:

- Declarar por escrito as superfícies florestais que gere e que deseja incluir no âmbito do certificado grupo;
- Comprometer-se expressamente a cumprir com as obrigações impostas pelo sistema de gestão florestal sustentável grupo;
- Disponibilizar à Entidade Promotora PEFC do Grupo os documentos ou comprovativos necessários à realização das auditorias de certificação;
- Participar e responder no processo de auditoria sempre que solicitado;
- Manter o registo de todas as operações realizadas assegurando que as mesmas são realizadas de acordo com os requisitos definidos para a sua área florestal, responsabilizando-se pela sua salvaguarda. Quando os trabalhos florestais nas áreas florestais certificadas se realizem por terceiros exigir que os mesmos os executem de acordo com os requisitos impostos pelo sistema de gestão florestal.
- Participar no sistema de gestão florestal apoiando a Entidade Promotora na execução das suas tarefas representativas;
- Informar a Entidade Promotora PEFC do Grupo dos aproveitamentos ou tratamentos que se realizem nas superfícies florestais objecto de certificação que não tenham sido declarados no momento da adesão.

16. É permitida a entrada e saída de membros da certificação de grupo?

Sim. A certificação de grupo é um sistema aberto (e voluntário), como tal, é permitida a entrada e saída de aderentes a qualquer momento.

17. Se algum dos membros não cumprir com o que se comprometeu perante o grupo será penalizado?

Sim. Um elemento do grupo pode ser excluído quando se verifique incumprimento grave e continuado dos compromissos que assumiu perante o grupo ou quando não implemente medidas correctivas ou preventivas importantes quando tenham sido detectadas

18. O que é uma auditoria?

É uma avaliação (vistoria) realizada por uma empresa independente acreditada para esse efeito que verificará se os requisitos para a certificação florestal estão correctamente implementados. Actualmente em Portugal apenas temos uma empresa que tem esta acreditação, a Associação Portuguesa de Certificação (APCER).

A primeira fase da auditoria consiste na avaliação dos documentos do Sistema (p. ex. Política Florestal do Grupo, Plano de Gestão Florestal do Grupo, etc.).

Na segunda fase há uma verificação e/ou confirmação do envolvimento de determinadas entidades no processo de certificação (ex. cada um dos membros do



Parque Nacional Da Peneda-Gerês

Grupo, Direcção Geral dos Recursos Florestais, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, etc.).

A terceira fase visa avaliar se há um correcto cumprimento do Plano de Gestão do Grupo. Os auditores escolherão aleatoriamente algumas áreas que servirão de amostra para verificarem se as boas práticas florestais estão a ser implementadas.

19. A certificação florestal é gratuita?

Não. A certificação florestal é um processo que implica custos. Os custos estão principalmente relacionados com o levantamento e elaboração de um conjunto de informação obrigatória (por ex. avaliação de indicadores, elaboração do plano de gestão florestal, entre outros.), as auditorias e o direito do uso da marca/certificado.

20. Quanto custa a certificação florestal?

Os valores que se apresentam seguidamente foram fornecidos pelo PEFC – Portugal. São referentes apenas à fase de auditoria e à fase de atribuição do certificado. Apresentam-se 3 cenários distintos.

CENÁRIO 1

ÁREA A CERTIFICAR: 25.000 ha

Fase do processo de certificação	Custo
Abertura do processo	600 €
Auditoria interna	2.000 €
Auditoria de concessão + consulta às partes interessadas + resumo técnico (9,5 dias)	8.265 € (o valor auditoria/dia pode variar entre os 820 € e os 870 €)
Uso da Marca/certificado	625 €
TOTAL	11.490€
VALOR HA	0.46€

CENÁRIO 2

ÁREA A CERTIFICAR: 40.000 ha

Fase do processo de certificação	Custo
Abertura do processo	600 €
Auditoria interna	2.000 €
Auditoria de concessão + consulta às partes interessadas + resumo técnico (15 dias)	13.050 € (o valor auditoria/dia pode variar entre os 820 € e os 870 €)
Uso da Marca/Certificado	1.250 €
TOTAL	16.900 €
VALOR HA	0.42 €



Parque Nacional Da Peneda-Gerês

CENÁRIO 3

ÁREA A CERTIFICAR: 70.000 ha

Fase do processo de certificação	Custo
Abertura do processo	600 €
Auditoria interna	2.000 €
Auditoria de concessão + consulta às partes interessadas + resumo técnico (22 dias)	19.140 € (o valor auditoria/dia pode variar entre os 820 € e os 870 €)
Uso da Marca/Certificado	1.750 €
TOTAL	24.090 €
VALOR HA	0,34 €

Relembra-se que os valores acima apresentados:

- Não incluem os trabalhos de recolha e validação da informação de base (ex: avaliação de indicadores, etc.);
- Não incluem os trabalhos de construção do Sistema de Gestão Florestal Sustentável (ex.: Elaboração do Plano de Gestão Florestal para a área a certificar, elaboração de procedimentos, levantamento das necessidades de formação, etc);
- Não incluem o valor referente a uma nova auditoria caso seja detectada alguma não conformidade na auditoria de concessão;
- Não incluem o financiamento de nenhuma acção dos Planos de Gestão Florestal de cada membro.

Caso as Assembleias de Compartes decidam implementar a Certificação Florestal nos seus baldios, o Parque Nacional da Peneda-Gerês compromete-se a financiar as despesas relativas a este processo, em percentagem igual à receita que recebe de cada um dos baldios, consoante a alínea em que cada uma das situações se enquadre. Poderá ainda, caso seja escolhido para Responsável da Unidade de Gestão Florestal, assumir nesta fase inicial sem qualquer encargo financeiro a implementação do Sistema de Certificação Florestal Sustentável (ver responsabilidades do Responsável pela Unidade de Gestão Florestal). Para esta tarefa não serão contratados novos técnicos, apenas se recorrerá aos recursos humanos existentes no PNPG.

21. Onde obter mais informações sobre certificação florestal?

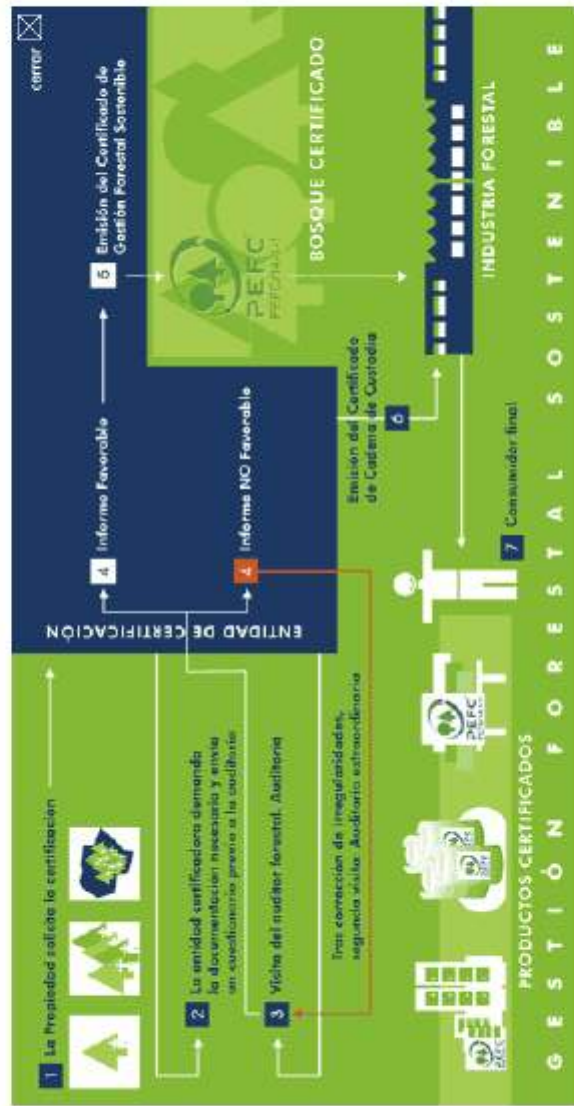
Poderá obter informação através das seguintes entidades:

- **Parque Nacional da Peneda-Gerês**
Telf. 253 203480 Fax: 253 613169 ou e-mail: pnpg@icn.pt
- **Forestis – Associação Florestal de Portugal**
Telf. 22 2073130 Fax: 22 2073139 ou e-mail: forestis@mail.telepac.pt
- **Conselho da Fileira Florestal Portuguesa/PEFC – Portugal**
Telf. 21 7611521 Fax: 21 7611529 ou e-mail: cffp@cffp.pt
- **FSC – PORTUGAL**
Telf. (+351) 914 612 536 e-mail verafsantos@netcabo.pt

Algumas Questões Sobre Certificação Florestal (de Grupo) 8



22. Esquema do Processo de Certificação PEFC (em Espanhol).





ANEXO XV

Documento criado para a Consulta Formal aos Órgãos Gestores de Baldios



ENQUADRAMENTO

O Parque Nacional da Peneda-Gerês tem vindo a realizar no âmbito do Projecto "Florestar - Sustentabilidade da Floresta" várias sessões de informação e sensibilização sobre a temática da "Certificação Florestal". Ao longo dessas sessões, esta Área Protegida tem demonstrado interesse em implementar um Sistema de Gestão Florestal Sustentável (certificação florestal de grupo) em conjunto com os baldios (e outras formas equiparadas) situados no seu território.

Conforme ficou acordado na última reunião realizada na freguesia do Soajo, em 24 de Março, os representantes dos Baldios deveriam consultar as respectivas Assembleias de Compartes sobre a possibilidade de virem a integrar a certificação florestal de grupo dos Baldios do PNPG.

Assim, no sentido de conhecermos a decisão de cada uma das Assembleias de Compartes solicitamos a V. Ex.^ª, na condição de representante desse Órgão, o preenchimento do documento que se envia em anexo e a respectiva devolução.



FLORESTAR
SUSTENTABILIDADE DA FLORESTA
Nº 2004/EQUAL/A2/EE/161



DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO

(ADESÃO À CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DE GRUPO DOS BALDIOS DOS PNPg)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

NOME

MORADA

REPRESENTANTE DA ENTIDADE

2. A ENTIDADE QUE REPRESENTA PRETENDE ADERIR À CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DE GRUPO DOS BALDIOS DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS?

SIM NÃO

2.1 SE NÃO, QUAL(IS) O(S) MOTIVO(S)?

Falta de financiamento Sistema demasiado complexo e exigente

A certificação florestal não acarretará mais vallas para o Baldio

Não estão reunidas neste momento as condições para Integrar a certificação de grupo

O Baldio pretende aderir mais tarde à certificação de grupo

Outro motivo Qual? _____

OBSERVAÇÕES



FLORESTAR
SUSTENTABILIDADE DA FLORESTA
 Nº 2004/EQUAL/A2/EE/161



2.2 SE SIM, POR FAVOR, PREENCHA A SEGUINTE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE ADESÃO AO SISTEMA DE GESTÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL DOS BALDIOS DO PNPG

DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO

Eu, _____,

enquanto Presidente do Órgão Gestor do Baldio _____

declaro o interesse e a intenção deste Baldio em aderir à Certificação Florestal de Grupo dos Baldios do PNPG, conforme deliberação na Assembleia de Compartes. Esta declaração de intenção não obriga, no entanto, o Baldio e a sua adesão efectiva só acontecerá caso haja financiamento que a possibilite.

_____ de _____ de 2007

Assinatura: _____



FLORESTAR
SUSTENTABILIDADE DA FLORESTA
 Nº 2004/EQUAL/A2/EE/161



ANEXO XVI

Informação para o Simulador Florestal

1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

O acelerado estado de desflorestação das florestas tropicais foi o ponto de partida para o início do processo de certificação das florestas nas décadas de 80 e 90.

Por esta altura os consumidores ficaram mais atentos e sensibilizados sobre o uso predatório dos bosques tropicais dando origem a uma maior pressão sobre as empresas do sector madeireiro para que estas assumissem uma posição mais conservacionista.

Esta pressão por parte dos consumidores traduzida em boicote à compra de madeira tropical (e conseqüentemente aos produtos ou derivados desta) deveu-se essencialmente às campanhas de sensibilização promovidas por diversas Organizações Não – Governamentais (ONG'S) que alertavam para o avançado estado de desflorestação das florestas tropicais e para as conseqüências que daí advinham.

No início dos anos 90, uma mudança na estratégia apontava para a alteração das tradicionais propostas de proibições de corte e comércio de madeira por uma certificação de produtos florestais.

Surge no seio de um conjunto de organizações ecologistas britânicas a ideia de se criar uma etiqueta reconhecida a nível mundial para os produtos de madeira tropical produzidos de forma sustentável. O objectivo era criar mercados que fossem capazes de premiar os proprietários florestais que praticassem uma boa gestão da floresta.

Esta ideia tomou forma depois da realização da Cimeira do Rio, em 1992, na qual a Gestão Florestal Sustentável foi assumida internacionalmente como um objectivo a alcançar no sector florestal.

Dado este passo, foram as ONG's ecologistas as primeiras a desenvolver um sistema para certificar as florestas a nível mundial tendo sido criado, em 1993, na cidade de Montreal (Canadá) o *Forest Stewardship Council* (FSC), o primeiro Sistema de Certificação Florestal, que posteriormente estabeleceu a sua sede Oaxaca, no México.

Ainda que durante muito tempo as associações de proprietários florestais europeias não foram muito favoráveis à certificação da gestão florestal sustentável, é a partir de 1998 quando surgem movimentos que desejam quebrar o monopólio de um único sistema de certificação florestal que surge o *Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes* (PEFC) como uma iniciativa voluntária do sector privado florestal baseado nos



critérios e indicadores resultantes das Conferências Interministeriais de Helsínquia (1993) e Lisboa (1998) para a protecção das florestas europeias.

Começaram a partir desta data a vigorar dois grandes sistemas de Certificação Florestal, o FSC e o PEFC.

Não obstante, foram sendo criados por diferentes países e/ou entidades outros sistemas de certificação florestal que tentavam responder a realidades e necessidades específicas de países ou regiões. É o caso do *Canadian Standard Association*, *Malasyan Timber Certification Council*, *Sustainable Forestry Initiative*, *Certforchile*, entre outros.

Em Portugal a certificação florestal já não é um fenómeno recente. Desde há alguns anos que têm vindo a ser adoptados os dois sistemas de certificação – o FSC e o PEFC. Estas iniciativas surgiram no sector privado, principalmente, nos sectores da pasta de papel, do mobiliário e da cortiça, contudo, a área florestal certificada no país não ultrapassa os 74.000 hectares.

Sendo uma exigência de mercado, as indústrias do sector florestal português irão sentir cada vez mais a pressão do mercado externo, no sentido do fornecimento de produtos certificados.

O papel do Estado neste processo passará necessariamente pela promoção da certificação florestal e pela definição de uma estratégia de apoio à implementação de sistemas de gestão florestal sustentável. (in Estratégia Nacional para as Florestas”



2. SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO

2.1 SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL

2.1.1 FSC (*FOREST STEWARDSHIP COUNCIL*)

O *Forest Stewardship Council* (FSC) é uma organização não governamental, internacional e independente, constituída por três câmaras – económica, ambiental e social - que define os Princípios e Critérios FSC para uma gestão florestal responsável. É uma entidade acreditadora que regula a utilização da marca FSC, reconhecendo entidades certificadoras como qualificadas para levar a cabo processos de certificação florestal FSC.

O FSC intervém em mais de 83 países em todo o mundo, tendo, até ao momento, reconhecido cerca de 16 entidades certificadoras e mais de 26 normas FSC nacionais. Mais de 78 milhões de hectares de floresta já foram certificados de acordo com os critérios do FSC, tendo sido emitidos até à data 5925 certificados, dos quais 854 certificados de gestão florestal e 5083 certificados de Cadeia de Responsabilidade (dados à data de Julho 2006).

Não sendo o único esquema de certificação internacional, a sua grande diferenciação advém da credibilidade que as ONG lhe têm, até ao momento, reconhecido. À semelhança da WWF, a GreenPeace e Friends of the Earth, apenas consideram o [Forest Stewardship Council](#) (FSC) como o único sistema fiável para assegurar uma gestão responsável da floresta, ou seja, uma gestão realizada de forma sustentável ao nível económico, ambiental e social.

O FSC permite aos proprietários e gestores melhorar a gestão florestal, traduzindo-se, na prática, em ganhos significativos, quer em eficiência e desempenho, quer na criação de novas oportunidades de mercado, uma vez que existe uma procura crescente de produtos FSC.

Princípios e Critérios

- 1- Obediência à lei e aos Princípios do FSC
- 2- Direitos e Responsabilidade de posse e uso
- 3- Direitos dos povos indígenas
- 4- Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores
- 5- Benefícios da Floresta
- 6- Impacto Ambiental
- 7- Plano de gestão
- 8- Monitorização e Avaliação
- 9- Manutenção de Florestas de alto valor de conservação
- 10- Gestão Responsável das Plantações



FSC PORTUGAL – A INICIATIVA PORTUGUESA

As iniciativas nacionais foram a solução adoptada pelo FSC para descentralizar as suas actividades, adequando-as às condições ecológicas e socio-económicas locais.

De acordo com os Estatutos, existem três tipos de iniciativas nacionais, desde a Pessoa de Contacto FSC, Grupo de Trabalho até ao Escritório Nacional FSC. Pressupõe-se que a evolução de um tipo para outro decorre de uma forma faseada acompanhando o natural desenvolvimento do FSC no país.

As responsabilidades da iniciativa nacional podem ser agrupadas em três áreas:

- Ser o interlocutor nacional para os membros nacionais, entidades certificadoras e o FSC;
- Coordenar e desenvolver a norma nacional e outra documentação relacionada, assegurando uma maior participação local e uma maior adequação às condições nacionais;
- Ser a principal entidade coordenadora e promotora, ao nível nacional das actividades FSC, tais como, planos de comunicação, formação, etc.

Informação adaptada do www.fsc-portugal.pt



VANTAGENS DO SISTEMA FSC

A certificação florestal FSC tem vindo a tornar-se numa componente importante da gestão florestal, com benefícios potenciais para os vários agentes do sector:

Proprietários e gestores florestais

- Permite melhorar a gestão florestal, traduzindo-se, na prática, em ganhos significativos em eficiência e desempenho;
- Garante o acesso a um mercado cada vez mais exigente, podendo em alguns casos possibilitar um preço diferenciado para os produtos.

Indústria florestal

- A certificação fornece um mecanismo eficiente para que estas possam evidenciar que os seus produtos, por exemplo madeira, cortiça ou papel, são elaborados a partir de matérias-primas provenientes de florestas geridas de forma responsável;
- A publicidade negativa relacionada com uma inadequada gestão dos recursos florestais têm vindo a tornar-se um sério risco para a imagem pública da indústria do sector florestal, a certificação consiste numa ferramenta que permite evidenciar perante grupos de interesse – accionistas, comunidades locais, ONG – que as suas matérias-primas e, conseqüentemente, as florestas são geridas de uma forma ambientalmente correcta, socialmente benéfica e economicamente viável.

(adaptado de www.naturlink.pt - Ângela Morgado e Luís Neves Silva - WWF Mediterrâneo em 28-03-2006)



NÍVEIS DE CERTIFICAÇÃO

O Sistema de Certificação FSC permite a certificação a dois níveis:

Certificação Individual

Consiste na certificação de uma propriedade ou conjunto de propriedades florestais cuja gestão está a cargo de um único indivíduo ou entidade.

Certificação de Grupo

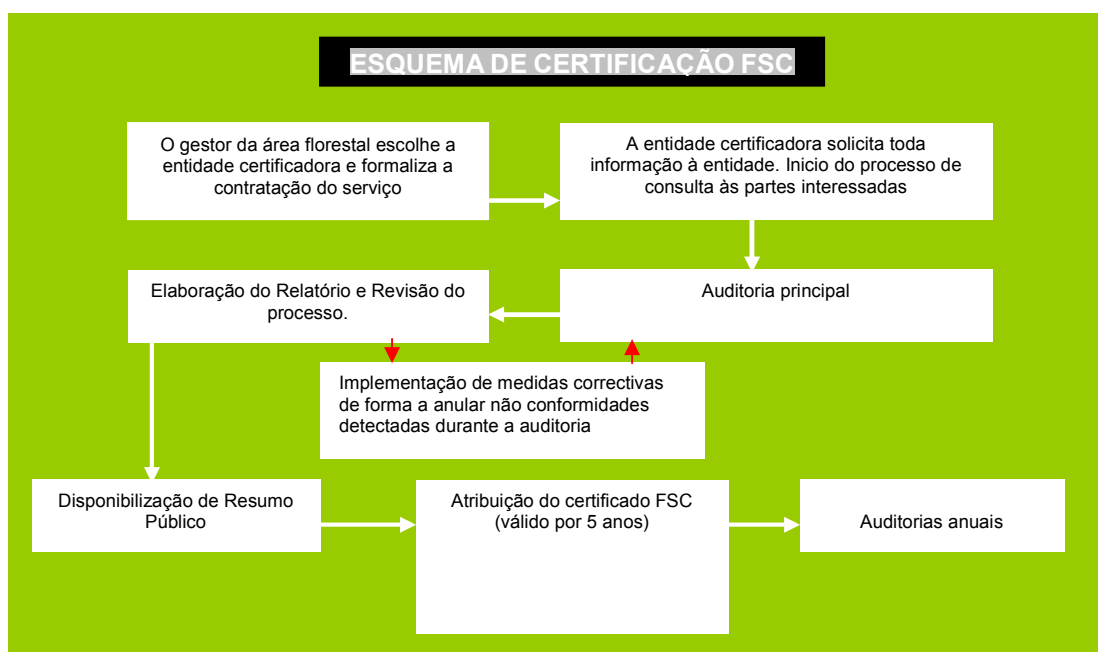
Consiste na certificação de áreas florestais geridas como um grupo de pequenas e médias áreas florestais sob um mesmo certificado



PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

Em Portugal, a certificação da gestão florestal através do esquema FSC segue os seguintes passos:

- a. O Gestor da Unidade de Gestão Florestal ou entidades que pretenda obter a Certificação da Gestão Florestal/Cadeia de Custódia deve contactar as entidades certificadoras que actuam em Portugal, para serem informadas sobre o procedimento e os custos estimados do processo. Formaliza-se a contratação do serviço.
- b. Pré-auditoria. Antes de iniciar o processo de certificação propriamente dito, o gestor pode solicitar uma pré-auditoria de forma a identificar algumas eventuais debilidades que a sua gestão apresenta. Esta acção permitirá a identificação de potenciais não-conformidades e a sua respectiva correcção antes da auditoria principal. Este serviço pode ser prestado quer por uma empresa certificadora quer por um consultor externo conhecedor do processo de certificação FSC.
- c. Quando o gestor considerar que está preparado para uma auditoria, faz o seu pedido formal à entidade certificadora. Inicia-se o processo de consulta às partes interessadas (Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Outros Organismos Públicos, ONG's, entre outros)
- d. Auditoria principal.
- e. Elaboração do Relatório da Auditoria preparado pela Equipa Auditora o qual recomenda a certificação do espaço florestal e/ou a identifica não - conformidades que devem ser corrigidas. Revisão de todo o processo.
- f. Atribuição do certificado ao gestor florestal/entidade, válido pelo período de cinco anos, e disponibilização de um resumo público sobre o processo de certificação.
- g. Realização de auditorias anuais durante os cinco anos





ENTIDADES CERTIFICADORAS

O FSC não emite certificados mas acredita entidades a nível mundial. Em Portugal actuam duas entidades que possuem uma bolsa nacional de auditores, a Smartwood e a Woodmark.

Smartwood (Rainforest Alliance Forest Program)

C/ Manuel Fernández Mompó nº 1, 1º A

28320 Pinto

MADRID

Tel: 00 34 91 692 27 83

Fax: 00 34 91 692 15 80

iberica@ra.org

jlawrence@ra.org

www.smartwood.org

Soil Association Woodmark/SATIVA

Programa Mediterráneo de Certificación FSC

Rua Robalo Gouveia, 1 -1ºA

1900-392 LISBOA

Tel:+351 91 999 0451

Fax+351 21 799 1119

vl@sativa.pt

www.sativa.pt

INFORMAÇÕES

FSC – PORTUGAL

Vera Santos (Pessoa de Contacto FSC - em curso)

Apartado 128.

2776-902 Carcavelos

Telefone: (+351) 914 612 536

E-mail verafsantos@netcabo.pt



2.1.2. PEFC (PROGRAMME FOR THE ENDORSEMENT OF FOREST CERTIFICATION SCHEMES)

O Programa para o Reconhecimento de Sistemas de Certificação Florestal, - ou *Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes* (www.pefc.org) surge formalmente, em 1999, pela iniciativa dos proprietários florestais dos países europeus, com o apoio dos profissionais do sector florestal da madeira.

Inicialmente, o PEFC foi desenvolvido para criar um quadro de referência para a certificação da gestão florestal sustentável, tendo por base as especificidades da floresta Europeia, caracterizada por:

- Floresta essencialmente detida por privados em mais de 2/3 da superfície;
- Floresta familiar, muito fragmentada por um grande número de proprietários (em média 5 a 6 ha por proprietário);
- Exploração de madeira inferior à sua produção (floresta em crescimento);
- Elevada integração da multifuncionalidade da floresta: produção de lenho, biodiversidade e lazer, como um espaço natural e usufruição cultural e paisagística;
- Forte tradição de Gestão Florestal, traduzida por um quadro legal e institucional sólido e políticas florestais na generalidade dos Estados.

Adicionalmente, o PEFC teve por base três princípios fundamentais:

- Recorre aos princípios e recomendações definidas nas Conferências Intergovernamentais de Helsínquia/Lisboa, para a certificação da Gestão Florestal Sustentável;
- Reconhece o nível regional como campo de aplicação geográfica da gestão florestal, e como o nível mais adaptado para reunir as partes interessadas na sua aplicação (que permite responder positivamente ao problema de fragmentação da propriedade causada pelo volumoso número de proprietários de pequena dimensão)
- As actividades de acreditação e certificação são da responsabilidade das entidades nacionais competentes, reconhecidas pelas organizações internacionais IAF e/ou EA assegurando, assim, a credibilidade e transparência de todo o processo.

Após lançamento e afirmação na Europa, o PEFC registou um crescimento exponencial, alargando-se a outras regiões do globo. O quadro para o mútuo reconhecimento de sistemas nacionais de certificação engloba hoje, os Processos Intergovernamentais para a definição de Critérios e Indicadores para a Gestão Florestal Sustentável estabelecidos para as principais regiões do Globo.



O PEFC apresenta-se assim como solução para abordar problemas florestais globais, promovendo e apoiando a entrada de países, onde os problemas de liderança e organização dos proprietários florestais são maiores, e nos quais, os quadros legislativos são menos coesos e consolidados, no desafio da comprovação da gestão florestal sustentável. Actualmente, estão associados 32 países, dos quais 22 têm o seu esquema reconhecido, totalizando no seu conjunto cerca de 186 milhões de hectares de área florestal certificada



PEFC PORTUGAL - A INICIATIVA PORTUGUESA

A instituição do PEFC Portugal dependeu do movimento associativo do sector da fileira florestal privado que se organizou em duas frentes: na construção de uma norma para a Gestão Florestal Sustentável (GFS) no âmbito do Sistema Português da Qualidade e a criação de uma entidade que representasse em Portugal o movimento PEFC para a certificação da GFS. Os marcos mais significativos deste movimento são:

1998: No ambiente pós Conferencia de Lisboa um conjunto de figuras do sector florestal Português constitui-se como embrião da Iniciativa para a Certificação da Floresta Portuguesa "ICFP" e inicia um processo de sensibilização e envolvimento dos agentes económicos e outras partes interessadas para a constituição de uma organização dedicada à promoção da gestão florestal sustentável e sua comprovação.

1999: Representantes do ICPF, participaram como observadores na 1ª Assembleia Geral de constituição do Pan-European Forest Certification Council, PEFC-C (actualmente designado por Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes) e apoiaram a iniciativa, aderindo ao sistema como membros fundadores.

Simultaneamente, em Portugal, é homologada a criação da Comissão Técnica de Normalização 145 "Sistemas de Gestão Florestal sustentável" sob a égide do Sistema Português da Qualidade e iniciados os trabalhos de construção da Norma Portuguesa de Gestão Florestal Sustentável.

2001: O Conselho da Fileira Florestal Portuguesa é oficialmente constituído com o objectivo de conduzir o processo de certificação florestal compatível com o enquadramento PEFC e instituir o quadro de referência para a supervisão, controlo e revisão do Sistema de Certificação Florestal Português, adiante designado por PEFC Portugal, assim como as acções necessárias à sua divulgação e promoção.

Simultaneamente no mesmo ano os membros da CT145, reunidos em sessão plenária, aprovam por unanimidade de votos a aprovação do projecto de NP submetendo o documento ao ONN (Organismo Nacional de Normalização), na altura, a Direcção Geral do Ambiente. A discussão pública do projecto de NP4406 é concluída, após um período de 30 dias no sítio web oficial do Instituto Português da Qualidade. A versão final do Projecto de NP é aprovada pelos membros da CT145, por unanimidade e reenviado para a DGA (ONN) para publicação pelo IPQ

2003: O IPQ publica a Norma Portuguesa 4406 "Sistemas de Gestão Florestal Sustentável. Aplicação dos critérios e indicadores pan-europeus para a gestão florestal sustentável". O CFFP submete o Sistema Português para a Certificação Florestal "PEFC Portugal" a verificação de conformidade por uma equipa independente seleccionada pelo PEFC Council, passando por um criteriosa avaliação conduzida, de acordo com procedimentos de auditoria.



2004: O PEFC Portugal, obtém o mútuo reconhecimento do PEFC Council.

2005: Surge a primeira área florestal com certificação de Gestão Florestal Sustentável ao nível individual totalizando cerca de 50.000 hectares de área certificada pelo PEFC em Portugal.



VANTAGENS DO SISTEMA PEFC

A certificação é, de um modo genérico, um instrumento de demonstração, frequentemente utilizado pelo mercado, nas relações comerciais e de marketing e visa assegurar, que um conjunto de práticas e procedimentos acordados e conhecidos entre as partes, são seguidos.

A certificação, por constituir uma garantia a terceiros, deve ter como condição imprescindível, credibilidade.

Por esta razão, o PEFC segue as regras para a certificação instituídas pela Organização Internacional de Normalização, ISO (*International Standard Organization*) associando-se a procedimentos consensuais, utilizados durante décadas, pela maioria dos sectores económicos de actividade.

A certificação da gestão florestal e de cadeia de responsabilidade é realizada recorrendo aos mesmos procedimentos de rigor e transparência utilizados na certificação de sistemas de qualidade (ISO 9001/2) ou de sistemas de gestão ambiental (ISO 14001) garantindo seriedade e total confiança aos intervenientes na fileira florestal e consumidores finais.

Através da disponibilização de artigos de madeira, papel, cortiça e seus derivados, com origem em florestas com gestão florestal sustentável certificadas o PEFC contribui, activamente, para a valorização do sector, pela imagem positiva da actividade Florestal.

Adicionalmente, através do uso do logótipo o PEFC criou um mecanismo seguro, de participação pública e co-responsabilização da sociedade e por conseguinte para o aumento de áreas com Gestão Florestal Sustentável e para o consumo de bens naturais e renováveis como opção responsável.

PARA OS CONSUMIDORES

Como consumidor, poderá afirmar o seu apoio para o desenvolvimento de iniciativas para a gestão florestal sustentável, optando por comprar produtos etiquetados com o logótipo PEFC e, por esta via, ajudar a:

- Proteger as florestas actuais e das gerações futuras;
- Promover a exploração de madeira/cortiça responsável;
- Combater cortes madeira/cortiça ilegais responsáveis.

O PEFC dá-lhe a certeza de que os produtos de madeira e cortiça e seus derivados, provém de florestas onde os seguintes princípios fazem parte da certificação:

- A madeira cortada não é em maior quantidade do que a madeira regenerada;
- As árvores são replantadas ou naturalmente restabelecidas por regeneração natural após corte;
- Os direitos dos trabalhadores e a sua segurança são protegidos;



- O emprego local é encorajado;
- Os direitos das populações locais, isto é, das populações que vivem da floresta e dos bens nelas produzidos são respeitados;
 - As florestas são mantidas como habitats da vida selvagem fauna e flora;
 - As funções de protecção da água, solo e clima atribuídas à floresta são protegidas;
 - A biodiversidade dos ecossistemas florestais é mantida;
 - A origem da matéria – prima florestal nos produtos com logótipo PEFC é verificada.

EMPRESAS

Cada vez mais, as empresas de base florestal são confrontadas com a necessidade de responder positivamente aos desafios ambientais colocados pelo exercício da sua actividade. Se é responsável por uma empresa de processamento e transformação de madeira ou cortiça ou se é fornecedor, retalhistas ou outro cliente da fileira florestal e se procura demonstrar que o seu negócio contribui positivamente para a manutenção e melhoria da Floresta deverá certificar a sua empresa pela Cadeia de Responsabilidade PEFC e estabelecer uma política de aquisição de matéria-prima em conformidade.

A cadeia de responsabilidade destina-se a assegurar que os produtos de origem florestal certificada são perfeitamente tracejáveis em qualquer fase do processo de manuseamento e/ou fabricação ao longo da cadeia de detentores.

Associando o logótipo PEFC aos seus produtos de madeira, papel e cortiça, como instrumento de marketing, vai encorajar os seus clientes e consumidores a optar pela escolha positiva da gestão florestal sustentável, diferenciando positivamente os produtos PEFC de outros produtos equiparáveis no mercado.

Adicionalmente a certificação PEFC assegura o acesso a mercados cada vez mais competitivos e exigentes na procura por produtos “amigos do ambiente”. O PEFC ajuda a aumentar o valor da sua marca.

A cadeia de responsabilidade permite ainda, o acesso a concursos no âmbito das políticas de aquisição de produtos de base florestal adoptados por diversos Governos e que muitas vezes são seguidas por importantes empresas de retalho e distribuição.

Só com a certificação da Cadeia de Responsabilidade poderá declarar que a matéria-prima que utiliza provem de origens legais e sustentáveis e ter acesso ao logótipo PEFC para fins comerciais.



PRODUTORES FLORESTAIS

Se procura demonstrar o seu compromisso com a gestão florestal sustentável e a adopção de boas práticas deverá associar-se a uma iniciativa regional de certificação ou, caso não seja possível, por ainda não estar disponível, iniciar um processo com um grupo de proprietário mais reduzido ou, individualmente, se a dimensão da sua área florestal assim o permitir.

Os principais benefícios que advém da adesão a um sistema de gestão florestal sustentável PEFC são:

- Participar num sistema onde são aconselhadas boas práticas de gestão florestal que irão contribuir para a melhoria da rendibilidade da exploração florestal e simultaneamente, dos aspectos sociais e ambientais locais.
- Permite acesso a mercados com exigências cada vez maiores, pela diferenciação positiva de matéria-prima com origem em áreas sob gestão florestal sustentável activa.
- Obter vantagens competitivas face a outros produtos florestais semelhantes mas não certificados.
- Contribuir para melhorar a imagem da floresta, dos proprietários florestais e da actividade florestal no seu conjunto.
- Contribuir para a competitividade e afirmação das empresas de base florestal, assegurando a qualificação da matéria-prima no início da cadeia de responsabilidade.
- Permite demonstrar a terceiros o compromisso com a gestão florestal afirmando uma atitude responsável perante a sociedade em geral
- Ter acesso, a médio longo prazo, a subvenções mais atractivas do que as que seriam possíveis sem um certificado de gestão florestal.

(EXTRAIDO DA [HTTP://WWW.PEFC-PORTUGAL.CFFP.PT/](http://www.pefc-portugal.cffp.pt/)) - 27.06.07)



NÍVEIS DE CERTIFICAÇÃO

O Sistema de Certificação Pan-Europeu permite a certificação a três níveis:

Certificação Individual

Consiste na certificação de uma propriedade ou conjunto de propriedades florestais cuja gestão está a cargo de um único indivíduo ou entidade.

Certificação de Grupo

Consiste na certificação de áreas florestais geridas como um grupo de pequenas e médias áreas florestais sob um mesmo certificado

Certificação Regional

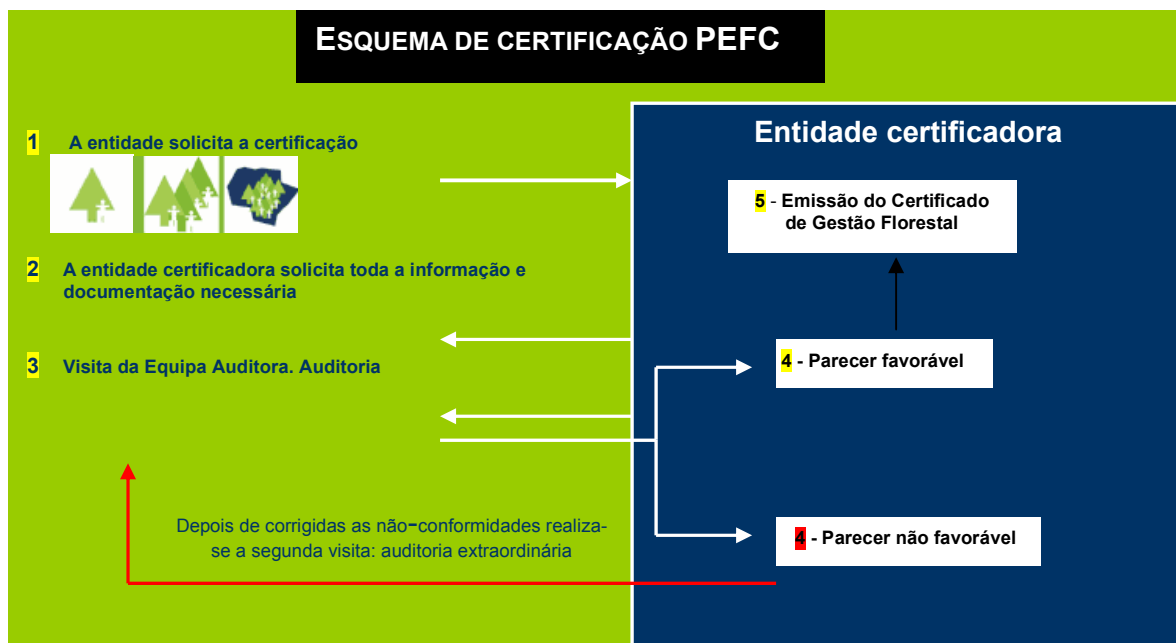
Consiste na certificação de áreas florestais geridas em conformidade com padrões de gestão florestal definidos para a região sob um mesmo certificado.



PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

Em Portugal as entidades que pretendam certificar-se pelo Sistema PEFC (gestão florestal e cadeia da responsabilidade) devem ser adoptados os seguintes passos:

- a) A entidade que pretende obter a certificação através deste esquema deve procurar no mercado entidades que se encontrem acreditadas para esse efeito, devendo ser conhecido o procedimento e os custos associados. Contratualiza-se o serviço.
- b) Auditorias Internas. Antes da Auditoria de Concessão e, no sentido, de eliminar algumas lacunas (ou não conformidades) que o sistema possa apresentar, a entidade deve recorrer aos serviços de um auditor externo e/ou entidade prestadora deste serviço para realizar uma auditoria interna.
- c) Após a implementação das medidas correctivas de forma a suprimir eventuais não-conformidades detectadas durante a auditoria interna, e quando a entidade considerar que se encontra preparada, deve solicitar formalmente à entidade certificadora a auditoria de concessão. Início do processo de consulta às partes interessadas (Câmaras Municipais, Institutos ou outras entidades públicas, associações não-governamentais, Comissões Directivas de Baldios, prestadores de serviços florestais, população local, etc).
- d) Auditoria de Concessão. Elaboração do Relatório da Auditoria pela Equipa Auditora, no qual se recomenda a concessão da certificação ao espaço florestal/entidade ou a implementação de acções correctivas no sentido de suprir não-conformidades detectadas durante a auditoria.
- e) Comunicação formal da entidade certificadora da intenção de conceder a certificação. Elaboração e disponibilização do Resumo Público do Relatório de Auditoria
- f) Concessão do logótipo, válido por cinco anos.
- g) Realização de auditorias de dois em dois anos, de forma a comprovar-se que os compromissos assumidos estão a ser cumpridos.





ENTIDADES CERTIFICADORAS

Em Portugal, na actualidade apenas existe uma entidade acreditada para a certificação de áreas florestais através do sistema PEFC, a Associação Portuguesa de Certificação – APCER.

APCER – Associação Portuguesa de Certificação

Edifício Serviços Exponor, 2º andar,
Av. Dr. António Macedo
4450-617 Leça Palmeira
Tel. 229 993 600
Fax. 229 993 601
e-mail:info@apcer.pt

INFORMAÇÕES

CFFP/PEFC PORTUGAL

Rua Marquês Sá da Bandeira, n.º 74, 2.º,
1069-076 Lisboa, Portugal
Tel: +351 21 761 15 21
Fax: +351 21 761 15 29
E-mail: cffp@cffp.pt



2.1.3 QUANTO CUSTA A CERTIFICAÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL?

Os custos variam de acordo com a complexidade da gestão, da logística de acesso e da entidade certificadora. Podem ser divididos em custos directos e custos indirectos:

▪ Custos directos:

São os custos inerentes à auditoria externa ou à sua preparação.

- Auditoria Interna ou Pré-avaliação

Envolve os custos associados ao pagamento da equipa ou do auditor que realiza esta actividade. Esta não é uma fase obrigatória, no entanto, é recomendável pois tem como objectivo a detecção de lacunas existentes no sistema.

- Auditoria Principal ou de Concessão

Envolve os custos de execução da avaliação. É mais elevado quanto maior for a complexidade da gestão florestal;

- Auditorias Anuais ou de acompanhamento

Envolve os custos de execução das auditorias que podem ser anuais ou de dois em dois anos, conforme as exigências de cada um dos esquemas de certificação.

- Taxa Anual de Certificação

Encargos administrativos do certificado

- Utilização do Logótipo

Taxa pela utilização do logótipo

Custos indirectos:

São os custos para adequar as actividades florestais aos padrões da certificação. Por exemplo:

- Consultoria;
- Compra de equipamentos e materiais;
- Formação Profissional
- Etc.

COMO REDUZIR OS CUSTOS DA CERTIFICAÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL?

Certificação de grupo

Neste tipo de certificação, a auditoria é realizada a um conjunto de áreas florestais, por amostragem. A certificação conjunta destas áreas permite aos seus proprietários reduzir os custos, pois as despesas associadas à implementação e manutenção do Sistema de Gestão Florestal Sustentável são repartidas por todos os membros.



2.2 CERTIFICAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO

2.2.1 CADEIA DE RESPONSABILIDADE OU DE CUSTÓDIA

A certificação de um produto de origem florestal exige, além da Certificação da Gestão Florestal, a rastreabilidade da matéria – prima proveniente da floresta em todas as etapas de transformação do produto até chegar ao consumidor final através da Certificação da Cadeia de Responsabilidade ou de Custódia.

A verificação desta rastreabilidade é realizada de forma por uma entidade certificadora acreditada para esse efeito - Certificação da Responsabilidade ou de Custódia.

Em Portugal as entidades acreditadas para a Certificação da Gestão Florestal pelos dois sistemas estão também acreditadas para a Certificação da Cadeia de Responsabilidade ou de Custódia.

QUAIS AS ENTIDADES QUE PRECISAM DE CERTIFICAR A CADEIA DE RESPONSABILIDADE OU DE CUSTÓDIA?

Entidades que processam/transformam produtos florestais

Qualquer unidade fabril responsável por uma etapa de transformação (por exemplo, serrações, carpintarias, fábricas de pasta e papel, fábricas de contraplacados, entre outros), que pretenda a comercialização de produtos certificados deve ter um certificado de Cadeia de Responsabilidade ou de Custódia.

Entidades que comercializam produtos florestais certificados

Sempre que uma entidade detiver posse legal sobre um produto, por exemplo, para compra e revenda, deve possuir certificado de Cadeia de Responsabilidade ou de Custódia. Não interessa se detém ou não a posse física do produto, ou seja, um intermediário que compre e revenda um produto directamente do fornecedor para o cliente, deve igualmente possuir este tipo de certificação.



2. 3 OUTROS SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

A par dos dois principais sistemas de certificação florestal a nível mundial foram criados outros que tentavam responder a realidades e necessidades específicas de países ou regiões:

- *Canadian Standard Association* (Canadá)
<http://www.csa.ca/>
- *Sustainable Forest Initiative* (EUA)
<http://www.sfiprogram.org/>
- *Malasyan Timber Certification Council* (Malásia)
<http://www.mtcc.com.my/>
- *Certforchile* (Chile)
www.certfor.org/
- *Cerflor* (Brasil)
www.imnetra.gov.br/qualidade/cerflor.asp



3. A CERTIFICAÇÃO FLORESTAL EM PORTUGAL

Em Portugal nos últimos anos têm surgido várias iniciativas privadas de certificação através dos dois esquemas que vigoram. São os sectores da pasta de papel, do sector do mobiliário e da cortiça que mais têm aderido a este processo.

Actualmente são estas as estatísticas relativas aos dois sistemas de Certificação Florestal.



CERTIFICAÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL (HA)	0	73 612 ha
CADEIA DE RESPONSABILIDADE (Nº CERTIFICADOS)	15	7



5. BIBLIOGRAFIA

NUSSBAUM, Ruth (2003), *Certificação em Grupo – Um guia prático*, United Kingdom Department for International Development

Norma Portuguesa 4406/2005, Implementação de Sistemas de Gestão Florestal Sustentável, Aplicação dos Critérios Pan-europeus para a Gestão Florestal Sustentável, 2005, Instituto Português da Qualidade

SITES CONSULTADOS:

- www.fscportugal.pt
- www.pefc.portugal.cffp.pt.
- www.fsc.org
- www.pefc.org
- www.fsc-spain.org/
- www.pefc.es
- www.csd.ca
- www.sfiprogram.org
- www.mtec.com.my
- www.certfor.org
- www.imnetra.gov.br/qualidade/cerflor.asp



6. GLOSSÁRIO

AUDITORIA

Processo de verificação sistemático e documentado executado para obter e avaliar, de forma objectiva, evidências que determinem se o sistema de gestão florestal de uma unidade de gestão florestal está em conformidade com os critérios de auditoria do sistema de gestão florestal estabelecidos para a unidade de gestão florestal, e para comunicação dos resultados deste processo aos responsáveis.

GESTÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

A administração e o uso das florestas de uma forma e a um ritmo que mantenham a sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração, vitalidade e potencial para realizar, no presente e no futuro funções ecológicas, económicas e sociais relevantes aos níveis local, regional e global, não causando danos a outros ecossistemas.

PEFC

(*Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes*) – um sistema de certificação florestal criado em 1999 pela iniciativa dos proprietários florestais de países europeus, com o apoio dos profissionais do sector florestal da madeira.

FSC

(*Forest Stewardship Council*) – Primeiro sistema de certificação florestal criado a nível mundial (1993) na cidade de Montreal com o apoio de organizações não governamentais ecologistas.

CERTIFICAÇÃO

Garantia escrita, dada por uma entidade independente que comprova que um produto está conforme as exigências definidas segundo normas ou especificações técnicas.

CERTIFICAÇÃO INDIVIDUAL

Consiste na certificação de uma propriedades florestais cuja gestão está a cargo de um único indivíduo ou entidade.

CERTIFICAÇÃO DE GRUPO

Consiste na certificação de áreas florestais geridas como um grupo de pequenas e médias área florestais sob um mesmo certificado

CERTIFICAÇÃO REGIONAL

Consiste na certificação de área florestais geridas em conformidade com padrões de gestão florestal definidos para a região sob um mesmo certificado.

CADEIA DE RESPONSABILIDADE/CADEIA DE CUSTÓDIA

Certificação da rastreabilidade da matéria-prima originária da floresta em todas as etapas de transformação do produto até chegar ao consumidor final.

BALDIO

Terreno detido e gerido por comunidades locais e que constituem, em regra, logradouro comum, designadamente para efeitos de apascentação de gados, de recolha de lenhas ou de matos, de culturas ou outras fruições, nomeadamente de natureza agrícola, silvícola, silvopastoril ou apícola, sendo administrado por direito



próprio pelos respectivos compartes que se fazem representar através de um órgão de gestão denominado Assembleia de Compartes.

PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS

Única área protegida em Portugal com o estatuto de Parque Nacional. Ocupa aproximadamente 70.000 ha no Noroeste português distribuídos pelo território de cinco concelhos – Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Terras de Bouro e Montalegre.

Esta área protegida é uma entidade pública descentralizada da administração central e encontra-se integrada no Departamento de Gestão de Áreas Classificadas – Norte do Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, o qual está sob tutela directa da Secretaria de Estado do Ambiente, que por sua vez está integrada no Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional